



PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2023



CÂMARA MUNICIPAL
DE
COIMBRA

ÍNDICE

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Relatório de Gestão Consolidado	1
Demonstrações Orçamentais Consolidadas	45
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	47
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	48
Demonstrações Financeiras Consolidadas	49
Balanço Consolidado	51
Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada	53
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	54
Demonstração das Alterações do Património Líquido	56
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	57
Processos judiciais em curso (CMC)	87

Relatório de Gestão Consolidado

1. O GRUPO MUNICIPAL

O relatório de gestão consolidado do Município de Coimbra, do exercício de 2023, relata o estado e evolução da atividade do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação de contas do município.

A consolidação de contas configura um instrumento que permite dar a conhecer a verdadeira situação económico-financeira do grupo municipal e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas, podendo, conseqüentemente, contribuir para aperfeiçoar a gestão e o controlo daquelas entidades.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com redação atual, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que, "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".

Nos termos do disposto na Resolução n.º 03/2023 - 2.ª S do Tribunal de Contas, os municípios estão sujeitos ao dever de elaborar e prestar contas (artigo 51.º, n.º 1, alínea m), da LOPTC, conjugado com o artigo 2.º da mesma Lei). Para além da obrigação de apresentar contas individuais, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, as quais são remetidas ao Tribunal de Contas até 30 de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Cumprindo o disposto na Lei das Finanças Locais (LFL), o Município de Coimbra elabora as contas consolidadas do Grupo Municipal, que serão submetidas à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Conforme o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com redação atual, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades por si controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade tendo como objetivo beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo avalia-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

O SNC-AP (Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro) revogou a Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Município de Coimbra

Prestação de Contas Consolidada 2023

Assim, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, SNC-AP.

O Município de Coimbra, é a entidade-mãe do Grupo Municipal, constituído por um conjunto de entidades que prosseguem atividades que, no essencial, se enquadram no âmbito das suas atribuições e competências e que a seguir se apresenta:

Identificação do Grupo Municipal 2023

Unid.: euro				
Designação Entidade	NIF	Sede	% Participação Capital	Valor da participação (de acordo com o custo de aquisição)
SMTUC - Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra	680015965	Guarda Inglesa - Coimbra	100,00%	-----
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	506566307	Rua da Alegria, nº 111 - Coimbra	100,00%	39 140 176
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	502675870	Rotunda da Casa Branca, Casal das Nogueiras - Coimbra	100,00%	248 300
LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	Av. Cong. Op. Democrática, nº 54 - Aveiro	0,85%	174 270
ODABARCA - Animação Turística do Mondego, S.A.	503133531	Av. Urbano Duarte/Quinta das Varandas - Coimbra	10,00%	34 916
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	Rua Alexandre Herculano, nº 21 B - Coimbra	6,93%	282 325
MAC - Mercado Abastecedor de Coimbra, S.A.	502936436	Mercado Abastecedor de Coimbra - Taveiro	14,55%	400 000
METRO-MONDEGO, S.A.	503671320	Rua Rodrigues de Gusmão, nº 21 - Coimbra	14,00%	150 500
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	506767729	Parque Tecnológico de Coimbra - Antanhol	92,65%*	2 423 979
Águas do Centro Litoral, S.A.	513606181	Av. Dr. Luís Albuquerque - Coimbra	23,61%	4 371 619
RUAS - Associação UNIVER(SC)IDADE	510119948	Colégio de S. Bento - Rua Arco da Traição - Coimbra	50,00%	75 000
Fundo Esp.I.I.F.em Reab.Urbana Coimbra Viva I	720012414		55,23%	3 136 589
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Praça do Comércio, Ala Oriental - Lisboa	0,71%	2 975 432
Total				53 413 105

*Participação no Capital Social da Sociedade Coimbra Iparque, EM, S.A. Encontra-se em fase de reconciliação com a Entidade, dado existirem divergências entre os registos do Município e o Pacto Social publicado em 31/12/2010.

Tendo por base o art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) e o disposto na NCP 22, foi definido o perímetro de consolidação do Município de Coimbra, que se mantém relativamente ao ano transato, e que abrange:

1. **Município de Coimbra** - NIPC 506415082 – entidade consolidante;
2. **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)** - NIPC 680015965 - método da simples agregação;
3. **AC - Águas de Coimbra, EM** - NIPC 506566307 – método de consolidação integral (100% de participação no capital da empresa municipal);
4. **Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.** – NIPC 502675870 – método de consolidação integral (100% de participação na capital da empresa municipal);
5. **iParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.** – NIPC 506787729 - método de consolidação integral (92,65%* de participação no capital da empresa municipal)
(*Participação no Capital Social da Sociedade Coimbra Iparque, EM, S.A. Encontra-se em fase de reconciliação com a Entidade, dado existirem divergências entre os registos do Município e o Pacto Social publicado em 31/12/2010);
6. **Associação RUAS** – NIPC 510119948 – método de consolidação integral (50% de participação no capital associativo).

Organograma do grupo municipal para efeitos de consolidação



Com exceção dos SMTUC, o método de consolidação integral é o utilizado uma vez que o Município de Coimbra é detentor de uma percentagem de controlo maior ou igual a 50% em todas as entidades participadas que compõem o perímetro. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, a duplicação de valores.

Recursos Humanos

Em 2023, verificou-se um aumento do número de efetivos com relação jurídica de emprego público a termo resolutivo e em comissão de serviço, uma diminuição de efetivos na relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e em mobilidade, o que se traduziu numa variação positiva, de 3,54%, no número total de trabalhadores do Município em efetivo exercício de funções, perfazendo um total de 1.989 trabalhadores a 31 de dezembro de 2023.

O número de trabalhadores que integra o grupo municipal, a 31 de dezembro de 2023, ascende a 2.746, distribuídos conforme o quadro infra, distribuído de forma praticamente proporcional entre homens e mulheres.

Trabalhadores do Grupo Municipal inserido no perímetro de consolidação

Entidade	Número de Trabalhadores em 31.12.2023		
	Masculino	Feminino	Total
Município de Coimbra	788	1201	1989
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	405	63	468
AC, Águas de Coimbra, E.M.	205	66	271
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	2	13	15
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	1	2	3
RUAS - Associação Univer(SC)idade	0	0	0
Totais	1401	1345	2 746

Caracterização das Entidades a Consolidar e Análise dos Fatores Relevantes das Contas Individuais das Entidades que Compõem o Perímetro de Consolidação

1.1. Entidade “mãe” - Câmara Municipal

Contas individuais aprovadas pela assembleia municipal na reunião ordinária de 23 de abril de 2024.

A organização do Município de Coimbra tem por suporte a existência de duas estruturas: uma política e outra administrativa, inter-relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal.

A Câmara Municipal é constituída por onze membros (1 Presidente e 10 Vereadores) a quem compete, num quadro de delegações previamente estabelecido, a responsabilidade pela definição de estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre as atividades do Município.

No âmbito deste órgão destaca-se, assim, através do mecanismo de delegações e subdelegações de competências, um “Corpo Executivo” constituído pelo Presidente da Câmara e os Vereadores investidos de responsabilidades na área de gestão, que têm a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais, para a consecução dos objetivos que materializam as políticas definidas.

Atividade

As atividades desempenhadas enquadram-se no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, de 12/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, e alterações subsequentes, destacando-se as seguintes áreas de intervenção: Economia, Cultura, Urbanismo, Social, Desporto e Juventude, Educação, Saúde, Mobilidade, Polícia Municipal, Proteção Civil e Ambiente.

Resultados

No final do exercício económico de 2023, o ativo do Município de Coimbra situava-se nos 765,6 M € (em 2022: 741,8 M €), um aumento de 23,7 M € (+ 3,20 %) em relação ao ano anterior, para o que contribuiu o aumento do ativo não corrente em cerca de 18,4 M € (+ 2,67%).

O ativo corrente ascendeu a 56,9 M € (em 2022: 51,6 M €), registando um aumento de 5,3 M € (+ 10,29%).

No ativo corrente destaque para:

- A rubrica “outras contas a receber” ascendia a 32,6 M € no final de 2023, menos 7,6 M € que no ano anterior, e inclui 31,6 M € (em 2022: 35,6 M) de “devedores por acréscimos de rendimento” e 1,1 M € de “Outros devedores curto prazo” dos quais 804 mil euros (2022: 4,8 milhões de euros) se referem à Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos cobradas pela Empresa AC Águas de Coimbra, EM aos consumidores, através das faturas de água, e que no final do ano se encontravam por transferir para o município.
- A conta “diferimentos” ascendeu a 445 mil euros (2022: 178 mil euros) que correspondem, na sua maioria, a encargos já assumidos e que se referem a custos de anos seguintes, nomeadamente com os seguros.

- A rubrica "caixa e depósitos" no final de 2023 totalizava 22,5 milhões de euros (2022: 9,9 milhões de euros), mais 12,6 milhões de euros que no ano anterior. Para este aumento, pontual, contribuiu a disponibilização, no final do exercício, do capital contratado de dois empréstimos de médio e longo prazo, cuja utilização veio a ocorrer no início de 2024.

O Património Líquido do Município totalizou 614,9 M € (em 2022: 622,2 M €), refletindo uma diminuição de 7,3 M € (- 1,18 %), face ao verificado em 2022.

O resultado líquido do exercício foi negativo em 16,4 M €, inferior em 18,4 M € ao do ano anterior.

No mesmo período, o passivo da autarquia ascendeu a 150,7 M € (em 2022: 119,6 M €), um aumento de 31,1 M € (+ 26 %) face ao final do período transato, sendo 73,6 % passivo não corrente (em 2022: 72,6 %) e 26,4 % passivo corrente (em 2022: 27,4 %).

Estabelecendo uma comparação entre os dois períodos verifica-se um aumento do valor global do passivo na ordem dos 31,1 M € para o que contribuiu o aumento do passivo não corrente em 24,1 M € e do passivo corrente em 7,0 M €.

O passivo não corrente ascendeu, no final de 2023, a 110,9 M € (em 2022: 86,8 M €). O aumento do passivo não corrente em 24,1 M € resultou do efeito conjugado de:

- Aumento das provisões em 14,8 M €;
- Aumento dos diferimentos em 9,7 M €.

Destaque para:

- A conta "provisões" aumentou 14,8 milhões de euros, decorrente da constituição de provisões para os seguintes processos judiciais em curso, associada a diminuições ocorridas em outros processos:
 - ♦ Processo nº 459/23.8BECBR – Indemnização por responsabilidade contratual (contratos urbanísticos, cedência de terrenos para infraestruturas municipais), no valor de 14.676.506,17 €;
 - ♦ Processo nº 2195/23.6T8CBR - Indemnização por expropriação da Parcela n.º 36 do prédio sito no lugar de Coselhas, da Freguesia de Santo António dos Olivais, Coimbra, no valor de 569.197,24 €;
 - ♦ Processo nº 1024/06.0BECBR - Indemnização por danos sofridos na sequência de queda estrada Quinta Conraria, no valor de 430.000,00 €;
- Os "financiamentos obtidos" diminuíram 745 milhares de euros, em resultado do efeito conjugado da contratação de um novo empréstimo de médio e longo prazo para financiamento do aumento da participação de capital no Fundo Coimbra Viva I no valor de 2.829.000,00 € e do pagamento do serviço da dívida de empréstimos contraídos em anos anteriores.
- Os "diferimentos" aumentaram 9,7 milhões de euros e respeitam a rendimentos a reconhecer a mais de 12 meses, após a data de relato. Inclui 26,4 milhões (2022: 27 milhões) relativos ao diferimento do valor da concessão de direito de superfície sobre terreno à Aplicação Urbana VI pelo prazo contratado e 39,4 milhões de euros (2022: 29,1 milhões) de subsídios ao investimento, recebidos no âmbito de projetos cofinanciados, cujas obras ainda não se encontram completamente executadas.

No passivo corrente, os "financiamentos obtidos" aumentaram 6,5 milhões, em resultado da contabilização da quantia de 6,3 milhões de euros na rubrica de "exigível a curto prazo" relativa ao capital em dívida do empréstimo "Construção do Estádio Municipal de Coimbra – Euro 2004", contratado em 2002 pelo prazo de 25 anos, integralmente amortizado no início de 2024, por substituição por um novo empréstimo, com igual prazo e valor, mas que representará uma redução de encargos totais com juros na ordem dos 730 mil euros.

A dívida a fornecedores representa 5% do passivo, em ambos os períodos, e teve um aumento de 1,7 milhões de euros (27,72%), em resultado do aumento do volume de faturas que se encontravam em conferência.

A rubrica "outras contas a pagar" cifrou-se em 17,8 milhões de euros (2022: 19,5 milhões de euros) e inclui 15,4 milhões de euros (2022: 16,2 milhões de euros) de acréscimos de gastos. Esta rubrica teve uma diminuição de 1,7 milhões de euros, para o que contribuiu a diminuição da rubrica "credores por acréscimos de gastos", nomeadamente no registo de transferências correntes concedidas pelo Município, assim como a diminuição do saldo final da rubrica "cauções".

No final de 2023, o património líquido da autarquia totalizava 614,9 milhões de euros, menos 7,3 milhões de euros que no ano anterior, em resultado do efeito conjugado da diminuição do "Resultado Líquido do Exercício" com o aumento da rubrica "outras variações no património líquido". Para o aumento da rubrica "outras variações no património líquido" contribuiu, essencialmente, o registo de transferências e subsídios ao investimento, cujas condições de atribuição se encontram cumpridas e a inventariação de terrenos

Os rendimentos totalizaram 121,4 milhões de euros, mais 7,7 milhões do que no ano anterior. Este aumento deveu-se, fundamentalmente, ao valor registado em "Transferências e subsídios correntes obtidos", que cresceu 7,1 milhões de euros, por comparação com 2022.

A rubrica "Impostos, contribuições e taxas" representa, em 2023, 48,5 % da totalidade dos rendimentos (em 2022: 52%).

A conta "impostos e taxas" totaliza, no ano de 2023, 58,8 M €, menos 0,457 M € face ao ano anterior, o que representa uma diminuição de 0,77%, resultante do efeito conjugado de:

- aumento de 0,288 M € do IMT;
- diminuição de 1,0 M € da Derrama;
- aumento de 0,235 M € do IUC;
- redução de 2,2 M € do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI);
- aumento de 0,465 M € de Taxa Turística;
- aumento de 1,6 M € na rubrica de taxas.

Os 58,8 milhões de euros desta rubrica (2022: 59,3 milhões de euros), encontram-se distribuídos da seguinte forma: impostos diretos com 34,2 milhões de euros (58,18%), impostos indiretos com 19 milhões de euros (32,29%) e taxas, multas e outras penalidades com 5,6 milhões de euros (9,53%).

A diminuição dos impostos diretos de 34,7 milhões de euros para 34,2 milhões de euros (-1,4%) resulta, essencialmente, de uma queda de 20% na derrama. Essa descida representou, em termos reais, 1 milhão de euros, em parte, justificada pela redução da taxa de derrama de 1,5 % para 1,45%.

Contudo, o aumento do imposto municipal sobre imóveis (+ 288 mil euros) e do imposto único de circulação (+ 235 mil euros), atenuou a descida do valor dos impostos diretos, face a 2022.

De referir que, em 2023, a receita de imposto municipal sobre imóveis foi influenciada pela atribuição de uma redução da taxa de IML às famílias com filhos, o que representou uma perda de receita, face ao ano anterior, na ordem dos 350 mil euros.

Em 2023, verificou-se um decréscimo na cobrança de imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis (- 2,25 milhões de euros), refletindo alguma contração do mercado imobiliário, devido, em grande parte, à forte subida da taxa de juro de referência para o crédito à habitação.

Ainda na rubrica dos impostos indiretos, procedeu-se, pela primeira vez, à cobrança da taxa municipal turística, a partir do dia 05.04.2023.

A taxa municipal turística, no valor de 1 euro por pessoa/dormida, cobrada entre 5 de abril de 31 de outubro, por 428 Empreendimentos Turísticos e Estabelecimentos de Alojamento Local registados no Concelho de Coimbra, foi de 466 mil euros.

A rubrica "taxas" cifrou-se em 4,9 milhões de euros em 2023 (2022: 3,4 milhões de euros) mais 1,5 milhões de euros (46,81%), comparativamente a 2022.

A rubrica "multas e outras penalidades" cresceu 52,38%, cifrando-se em 684 mil euros.

Em suma, pode afirmar-se que a rubrica "Impostos, contribuições e taxas", em valor, se manteve praticamente inalterada, com uma variação de - 0,77%, em relação ao ano de 2022, tendo o aumento de receita relativa a taxas compensado a redução verificada na receita de impostos.

Os rendimentos registados na conta "prestações de serviços e concessões" atingiram um montante de, praticamente, 7 milhões de euros (em 2022: 6,3 milhões), ou seja, aumentaram 700 mil euros (+ 9,92%) por comparação com o ano anterior. A "Tarifa de Resíduos Sólidos" mantém-se como a rubrica com maior peso relativo, com um montante idêntico a 2022: 4,5 milhões de euros.

A rubrica "Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos" inclui, em 2023, 307 mil euros relativos à distribuição de dividendos, do ano de 2022, da participada Águas do Centro Litoral, S.A.

A rubrica "transferências e subsídios correntes obtidos" representou, em 2023, 38,34% do total dos rendimentos. Cifrou-se em 46,6 milhões de euros (2022: 39,4 milhões de euros), com um aumento de 7,1 milhões de euros relativamente ao ano de 2022. O aumento registado nesta rubrica justifica-se, em grande parte, devido às "Transferências de competências – Lei nº 50/2018" na área da Educação e da Ação Social, iniciada em 2023, com mais 3,2 milhões de euros e às transferências de "Associações de Municípios", superiores em 3,4 milhões de euros, face a 2022. Esta rubrica, no valor de 6,4 milhões de euros em 2023,

refere-se aos valores atribuídos no âmbito do programa de apoio à redução tarifária e aumento da oferta dos serviços de transportes públicos (PART) e financiamento de reforço aos serviços de transporte público (PROTransP), transferidos para os SMTUC e para outros operadores de transportes de passageiros e classificados em transferências correntes e outros gastos e perdas.

Na rubrica "outros rendimentos", registou-se o mesmo valor que em 2022, ou seja, 8,5 milhões de euros.

Esse valor decompõe-se em "rendas de propriedades de investimento", no montante de 4,4 milhões de euros (em 2022: 4,1 milhões), "imputação a rendimentos de subsídios e transferências para investimentos", no montante de 1,7 milhões de euros (em 2022: 1,9 milhões) e "outros rendimentos" com o valor de 2,4 milhões de euros (em 2022: 2,5 milhões).

Os gastos totalizaram 137,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 26,0 milhões de euros face ao ano anterior, destacando-se os seguintes pontos:

- Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 4,1 milhões de euros (12,5 %) e os gastos com pessoal 5,6 milhões de euros (13,8 %).
- À semelhança de anos anteriores, na estrutura de gastos, as rubricas com maior peso são os gastos com pessoal (33,8%), os fornecimentos e serviços externos (26,5%) e as transferências e subsídios concedidos (17,3%). Comparativamente com o ano anterior, os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 13,7%, os fornecimentos e serviços externos de 12,5% e as transferências e subsídios concedidos uma diminuição de 0,6%.
- O aumento dos gastos com pessoal decorre do aumento do salário mínimo e de alterações de posicionamento remuneratório, na sequência de avaliações de desempenho.

Os fornecimentos e serviços externos foram de 36,6 milhões de euros, mais 4 milhões de euros do que no ano anterior, para o que contribuiu o aumento dos gastos com recolha e tratamento de resíduos sólidos em 2,1 milhões de euros (37,6%), em resultado do aumento do custo do tratamento dos resíduos de 44,54 € para 61,58 € por tonelada, o aumento dos gastos em "serviços sociais" no montante de 1,3 milhões de euros (18,02%), resultante do alargamento dos gastos com o fornecimento de refeições escolares a todos os ciclos de ensino e ainda ao aumento dos gastos com combustíveis em 849 mil euros. De registar a redução dos gastos com eletricidade em 326 mil euros (-6,43%) que ficou a dever-se, principalmente, à diminuição dos custos com a iluminação pública, decorrente ao aumento de utilização de lâmpadas LED.

Refira-se que a atualização dos preços, decorrente da inflação, teve forte impacto negativo na estrutura de gastos do Município.

A rubrica "transferências e subsídios concedidos" manteve-se nos 24 milhões de euros e inclui:

- A concretização da transferência de competências do município para as freguesias, nos termos da Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no montante de 4,6 milhões de euros, mais 1,2 milhões de euros que no ano anterior;
- O encargo financeiro inerente à delegação de competências nas direções das escolas, no âmbito do novo quadro de competências, em matéria de educação, no montante de 1,5 milhões de euros, menos 500 mil euros que no ano anterior;
- O subsídio à exploração atribuído aos SMTUC no âmbito do "apoio social dos transportes", que se cifrou em 4,9 milhões de euros, menos 2,8 milhões de euros que no ano anterior (7,7 milhões);
- O financiamento e compensações atribuídas aos SMTUC no âmbito do programa de apoio à redução tarifária e aumento da oferta dos serviços de transportes públicos (PART) e financiamento de reforço aos serviços de transporte público (PROTransP) no valor de 3,8 milhões de euros, mais 400 mil euros que no ano anterior. Este montante foi financiado e encontra-se refletido na conta "transferências e subsídios recebidos".
- A rubrica de "outras transferências correntes" aumentou 1,5 milhões de euros em resultado da atribuição de verbas no âmbito das candidaturas ao abrigo do Regulamento Municipal Coimbra Cidade Sustentável – Autoconsumo Fotovoltaico, à transferência para compensação do défice de exploração a transportadores privados, conforme acordo de regulação relativo à compensação por obrigações de serviço público (novembro 2023-DEL1633 de 18/09/23), e ao apoio prestado no âmbito do protocolo celebrado para a realização dos concertos dos Coldplay.

As "Provisões", aumentaram 15 milhões, decorrente da constituição de provisões para processos judiciais em curso, cuja probabilidade de perda foi considerada elevada.

Os gastos com depreciação e amortização são também uma forte componente dos gastos globais do Município, atingindo os 9,7 milhões de euros, 7,02% do total, registando uma redução de 15 mil euros, face ao ano transato.

Os juros e gastos similares representam apenas 1,11% na estrutura dos gastos, tendo, no entanto, aumentado 1 milhão de euros em 2023, face ao ano anterior fruto, essencialmente, do aumento das taxas de juro.

A rubrica "Outros gastos e perdas" atingiu o montante de 3,4 milhões de euros (em 2022: 1,8 milhões), ou seja, aumentou 1,6 milhões de euros (89,82%) por comparação com o ano anterior. Este aumento ficou a dever-se, essencialmente, à contabilização da transferência de verbas (Apoio Corrente OE), para os SMTUC, referente ao Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) - 4º Trimestre 2022 e Reforço Extraordinário do PART do ano 2021, no montante de 1,2 milhões de euros e 118 mil euros, respetivamente.

Através da análise baseada em indicadores, observa-se o seguinte:

- Verifica-se um aumento do prazo médio de pagamentos a fornecedores e ligeira diminuição do prazo médio de recebimentos. O saldo de fornecedores inclui correções, relativas a valores imputáveis a exercícios anteriores.

O aumento do prazo médio de pagamentos justifica-se, em grande parte, pelo aumento do saldo da rubrica de "fornecedores" conjugado com o aumento dos gastos em FSE, decorrente do acréscimo de preços inerente ao aumento da taxa de inflação.

- Os Meios Libertos Líquidos diminuíram 4,3 milhões euros, para o que contribuiu o aumento dos gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos e outros gastos, e juros e gastos similares, em 12,3 milhões de euros, conjugado com o aumento dos rendimentos com transferências e subsídios correntes obtidos em 7,1 milhões de euros.
- Os indicadores de liquidez geral e reduzida ultrapassaram largamente os 100%. O indicador de liquidez imediata aumentou para 56,52%, em 2023, na sequência do aumento das disponibilidades, acompanhada de um aumento do passivo corrente em menor proporção.

Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser liquidados nos prazos adequados.

- Os indicadores de estrutura financeira apresentados, apesar da evolução desfavorável relativamente ao ano anterior, continuam a confirmar a estabilidade financeira do Município, a baixa dependência de financiamentos externos, o património líquido como principal fonte de financiamento do ativo, e a grande capacidade de solver dívidas quer a curto quer a médio longo prazo.
- Os indicadores de endividamento relacionam as origens de recursos entre si, retratando a posição entre Fundos Próprios e Capital Alheio e indicam o grau de dependência em relação ao Capital Alheio.

1.2. Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)

Contas individuais aprovadas pela assembleia municipal, na reunião ordinária de 23 de abril de 2024.

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) são uma estrutura municipal vocacionada para assegurar o Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Coimbra.

Visão: Ser um prestador de serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

Missão: Garantir uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiem a opção do uso do transporte coletivo.

Os transportes urbanos em Coimbra remontam ao ano de 1874 com a introdução dos carros americanos. A 15 de maio de 1908, a Câmara propõe: “Que se municipalize o serviço de tração elétrica”.

Em 26 de novembro do ano de 1984, devido à dimensão dos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC), o executivo camarário aprovava a sua separação em dois Serviços: Transportes Coletivos e Águas e Saneamento, aprovando os respetivos quadros de pessoal, de forma a ser possível implementar a separação, a qual veio a efetivar-se em 1 de janeiro de 1985.

Atividade

A rede de transporte público de passageiros dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) é constituída por 110 linhas regulares e 1.521 pontos de paragens, abrangendo uma extensão de 657 km de rede viária. Nesta rede, em quatro linhas são utilizadas exclusivamente viaturas 100% elétricas ou híbridas, sendo que as restantes linhas regulares também são regularmente efetuadas com recurso à frota elétrica. Complementam esta rede de transporte urbano de passageiros, o Transporte a Pedido | Serviço de Transporte Especial, destinado a passageiros com mobilidade reduzida, e o Elevador do Mercado D. Pedro V.

Os pontos de paragem sofreram inúmeras alterações ao longo do ano de 2023, resultantes essencialmente da evolução das empreitadas do Sistema de Mobilidade do Mondego, motivo pelo qual se regista um número ligeiramente inferior ao ano transato.

Neste contexto, destaca-se ainda o facto de 30,9% dos pontos de paragem estarem equipados com abrigo e 34,7% disponibilizarem informação ao público.

No ano transato merecem ainda destaque os condicionamentos resultantes de obras de grande envergadura, designadamente as diversas empreitadas do Sistema de Mobilidade do Mondego, assim

como a referente ao plano de manutenção de vias, que impuseram a introdução de um conjunto significativo de ajustes na rede de transportes.

As alterações resultantes destes condicionamentos foram geridas com recurso ao Sistema de Ajuda à Exploração (SAE), reforçado com meios alocados no terreno, suportadas em planos de alteração aos transportes, nem sempre possíveis devido à imprevisibilidade das ocorrências.

O Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) foi criado com o objetivo de combater as externalidades negativas associadas à mobilidade, sendo um programa que tem por objetivo desenvolver ações que promovam a redução tarifária nos sistemas de transporte público coletivo, bem como o aumento da oferta de serviços e a expansão da rede de transportes. Neste âmbito, o Município de Coimbra aprovou um conjunto de medidas relacionadas com os Passes Sociais, tanto através da redução do seu custo, como da alteração das condições para a sua atribuição, designadamente nos passes de Estudante, Consigo+, 3ª Idade | Reformado / Pensionista por Incapacidade e Sénior+ | Reformado / Pensionista por Incapacidade+, cujo impacto na rede de transportes é bastante significativo.

No Transporte Escolar, medida de ação social escolar que visa apoiar os alunos nas suas deslocações, que foi alargado no ano letivo 2022/2023 a estudantes oriundos de outros concelhos, continua a ter enorme impacto. Com a implementação do novo cartão de estudante único e a alteração do processo de carregamento destes títulos, que passou a ser anual, evitaram-se as deslocações mensais às Lojas SMTUC. No entanto este processo terá de ser revisitado na sequência da publicação da Portaria nº 7-A/2024, de 5 de janeiro, que define as condições de atribuição dos passes gratuitos, para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP, bem como os procedimentos relativos à sua operacionalização e compensação.

Quanto aos titulares do Rendimento Social de Inserção (RSI) e aos desempregados de longa duração, continuam a beneficiar do Passe Social Especial "Consigo+" criado com evidente preocupação de apoio social e com a finalidade de facilitar as deslocações em transporte público aos mais desfavorecidos, bem como forma de combater situações agudas de exclusão social.

Pelo grande impacto em termos de promoção da mobilidade e da utilização dos transportes públicos, continua a merecer destaque a transformação dos bilhetes pré-comprados em bilhetes horários, facilitando a opção do transbordo entre deslocações em toda a rede de transportes. Com esta medida, os passageiros passaram a ter um menor custo financeiro, não sendo penalizados nos transbordos, e contribuindo, desse modo, para melhorar as condições de mobilidade das diferentes zonas do município de Coimbra ao centro da Cidade, com o inerente impacto na sua qualidade de vida.

De igual modo, após regulamentação da Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, que veio aprovar o Estatuto do Antigo Combatente, conferindo-lhes um conjunto de direitos incluindo o da gratuidade na utilização dos transportes públicos, assistiu-se à consolidação do Passe Social Especial "Antigo Combatente", assegurado inicialmente pelo Município de Coimbra.

Ao nível da procura, registou-se um aumento de 11,5% dos passageiros transportados, pese embora os resultados continuem, ainda, distantes dos alcançados em 2019, antes da pandemia COVID-19. De qualquer modo, é notório o impacto das medidas de incentivo à utilização do transporte públicos,

designadamente as que foram tomadas no âmbito do Transporte Escolar e do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes (PART).

Também o sistema ECOVIA foi objeto de alterações. No âmbito da proposta de melhoria do acesso ao serviço, aprovada em reunião da Câmara Municipal de Coimbra, de 28/11/2022, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2023, foram introduzidas alterações nas condições de acesso, permitindo o acesso ao serviço com o Passe Rede Geral e Passe Rede Geral (entidade), assim como a possibilidade de aquisição do Bilhete de Motorista a bordo das viaturas. Também foram efetuadas alterações de percurso e horários.

A rede de parques de estacionamento, de suporte ao Sistema ECOVIA, foi reforçada com a abertura do Parque da Estação de Coimbra-B, em abril de 2023 e, consequentemente, de um novo Posto de Venda SMTUC, expandindo a rede de vendas a esta zona da cidade, passando a servir com maior proximidade a Estação de Coimbra-B e a dar resposta a novas necessidades de acessibilidade, que surgiram por via da empreitada do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) no interior dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) e pela supressão de um elevado número de lugares de estacionamento nessa zona.

De destacar a aquisição e instalação, em outubro de 2023, de um novo sistema de controlo de acessos nos parques de estacionamento do Mercado D. Pedro V, com pagamento exclusivamente com recurso a máquinas automáticas, introduzindo maior rigor e fiabilidade na gestão destes parques.

Resultados

Apesar de todos os constrangimentos enunciados, a procura registou uma melhoria de 11,5%, influenciando os rendimentos da prestação de serviços de transporte de passageiros, que cresceram 14,5% face ao período homólogo.

Em termos globais, os Rendimentos Operacionais diminuíram 1,2%, face a 2022, enquanto os Gastos Operacionais antes de financiamento aumentaram 1,5%, o que se traduziu num Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento) de 836.610,76 €. Tendo em conta que os Rendimentos Operacionais (sem subsídios) apenas cobriram 48,6% dos Gastos Operacionais antes de financiamento, constata-se que os rendimentos provenientes das Transferências e Subsídios Correntes, foram determinantes para o Resultado Operacional obtido.

Nos Rendimentos Operacionais destaque para:

- A Prestação de Serviços com o Transporte de Passageiros que representou 34% dos Rendimentos Operacionais, registando uma melhoria de 14,5% face ao ano anterior, no valor de 844.048,71 €;
- Os Impostos, contribuições e taxas, que incluem na sua maioria as taxas cobradas nas zonas de estacionamento de duração limitada (controladas por parcómetros), cresceram 56,1%, no montante de 314.370,13 €, em resultado por um lado da melhoria das ações de fiscalização por parte da polícia municipal, mas também pelo facto do parque de estacionamento do Mercado D. Pedro V ter sido controlado com parcómetros até outubro de 2023;

- Decorrentes do disposto no ponto anterior, os rendimentos com os Parques de Estacionamento decresceram 33,2% a que corresponde uma redução de 95.280,61 €;
- Os rendimentos provenientes de Transferências e Subsidio Correntes obtidos ascenderam a 10.487.572,19 €, tendo sofrido uma diminuição de 10,5%, e incluem:
 - ♦ Subsidio à Exploração da CMC para comparticipação financeira no custo social do transporte: 4.874.093,49 €;
 - ♦ Verbas provenientes do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) apoio Orçamento do Estado: 825.181,15 €;
 - ♦ Verbas provenientes do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) apoio corrente do Orçamento da CMC: 206.272,53 €;
 - ♦ Verbas para compensar o congelamento dos passes 175.474,45 €;
 - ♦ Verbas provenientes do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta (PROTransp): 500.000,00 €;
 - ♦ Verbas provenientes do Reforço Extraordinário do PART: 1.941.537,70 €;
 - ♦ Verbas provenientes do Fundo Ambiental com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível no setor dos transportes públicos de passageiros: 142.380,00 €;
 - ♦ Verbas provenientes da candidatura Safe, Resilient Transport and Smart Mobility services for passengers and goods (HORIZON-CL5-2022-D6-02), no valor de 141.562,50 €.

Nos Gastos Operacionais:

- Os Gastos com Pessoal representam 58,8% do total dos Gastos Operacionais e, apesar da redução do efetivo cresceram 6,1%. Esta subida resultou do aumento das Remunerações Certas e Permanentes, por via da revisão da tabela remuneratória das carreiras gerais e de algumas especiais, do reposicionamento remuneratório (SIADAP) e de outras medidas de valorização legalmente impostas, do aumento de 11% dos Abonos Variáveis ou Eventuais em resultado do crescimento exponencial do trabalho suplementar, dos Encargos sobre Remunerações (+6,2%) e de Outros Gastos com o Pessoal (+49,2%).
- As Depreciações/Amortizações do Exercício diminuíram 0,6%, e representam 10,9% dos Gastos Operacionais.
- As Provisões do Exercício aumentaram 30,4% e referem-se ao reconhecimento de responsabilidades futuras relativas a Acidentes e Doenças Profissionais.
- O Custo das Existências Consumidas representa 13,9% do total dos Gastos Operacionais e a sua comparabilidade com o ano anterior é dificultada pela alteração da contabilização dos custos com o consumo de gasóleo atendendo a que, a partir de outubro de 2023, entrou em vigor o novo contrato de fornecimento de gasóleo, celebrado ao abrigo de acordo quadro com a CIMRC, sendo que por força das cláusulas contratuais, o gasóleo deixou de ser considerado artigo de stock.

- Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que atingiram o valor de 2.949.980,36 €, representam 15,7% do total dos Gastos Operacionais e registaram um aumento de 34,3% face ao ano anterior.

Para este agravamento contribuíram o aumento dos gastos nas rubricas com maior peso nos FSE:

- Conservação e Reparação – 32,5%;
- Combustíveis e lubrificantes – 23,5% (conforme se referiu a propósito do Custo das Matérias Consumidas, a aquisição de gasóleo passou a ser registada na conta 62 como um fornecimento e serviço externo);
- Seguros – 9,8 %;
- Rendas e alugueres – 9,4%;
- Limpeza, higiene e conforto – 5,1%;
- Trabalhos especializados – 5,1%.

Os gastos Totais cresceram 1,9% (+ 346.788,18 €) face ao ano de 2022 em resultado do:

- Aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos de 34,3%;
- Aumento dos Custos Com o Pessoal de 6,1%;
- Aumento das Provisões de período de 30,4%;
- Aumento de Outros Gastos e Perdas de 627,9% (incluem perdas em inventários, abates);
- Aumento dos Juros e Gastos Similares suportados em 2290,6% devido à subida das taxas de juro registadas em 2023.

Quanto aos Rendimentos Totais diminuíram 1,2% (- 229.976,50 €) face ao período homólogo.

Apesar dos rendimentos provenientes da exploração das zonas de estacionamento de duração limitada (taxas) terem aumentado 56,1% (+ 314.370,13 € que em 2022) e dos rendimentos do Transporte de Passageiros terem crescido 14,5%, este aumento não foi suficiente para compensar as quebras de 4,6% nos Outros rendimentos e de 10,5% nos Rendimentos provenientes de Transferências e Subsídios Obtidos relativamente ao ano anterior.

Os rendimentos de transferências e subsídios correntes obtidos, no exercício de 2023 ascenderam a 10.487.572,19 €, contra os 11.712.569,75 € registados no ano de 2022. Este valor inclui, para além da verba transferida pela Câmara Municipal de Coimbra destinada à compensação do serviço público prestado, também as verbas transferidas por aquela entidade, enquanto Autoridade de Transportes, provenientes dos apoios definidos pelo Governo para atenuar as perdas dos operadores de transportes, decorrentes da Pandemia, e os rendimentos obtidos em resultado da candidatura apresentada pelos SMTUC junto do Fundo Ambiental, no âmbito do Despacho n.º 4485-A/2022, de 18 de abril de 2022 e do Despacho n.º 10062/2022 de 16 agosto, que aprovou o Regulamento do Apoio extraordinário e excecional ao setor dos

transportes públicos de passageiros com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível, e os rendimentos obtidos através da candidatura Safe, Resilient Transport and Smart Mobility services for passengers and goods (HORIZON-CL5-2022-D6-02) para a realização de um estudo piloto em transporte flexível.

Assim, o Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento diminuiu de 3.405.874,62 € em 2022, para 2.893.594,42 € em 2023.

O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento) atingiu 836.610,76 €, registando uma diminuição de (500.542,87 €) face aos 1.337.153,63 € verificados no ano de 2022.

O Resultado Líquido do período ainda que positivo no valor de 757.061,34 €, registou uma quebra significativa face ao ano transato (1.333.826,02 € em 2022).

Relativamente às taxas de cobertura, constatou-se que evoluíram **desfavoravelmente** as seguintes:

- taxa de cobertura Gastos Operacionais pelos Rendimentos Operacionais
- taxa de cobertura dos Gastos Operacionais pelos Subsídios de Exploração

A cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos do Transporte de Passageiros e a cobertura pela Prestação de Serviços + taxas evoluíram favoravelmente.

No Balanço, o total do Ativo dos SMTUC situava-se, no final do exercício económico de 2023, nos 21.360.922,01 €, o que representa uma subida de 35,6% relativamente ao ano anterior.

O Ativo não Corrente cresceu 6.709.966,63 € (+65,7%), em consequência do aumento do investimento em 2023, enquanto o Ativo Corrente, com Diferimentos, registou uma variação negativa de 19,8%, resultante essencialmente da diminuição das rubricas "Outras" contas a receber e "Caixa e depósitos".

O Património Líquido (Capitais Próprios) totaliza 10.104.288,28 €, apresentando um acréscimo de 5,9% face ao ano transato, por melhoria dos Resultados Transitados.

A rubrica Património/capital, no valor de 719.943,57 € não apresentou alterações face ao ano anterior, enquanto as outras variações no Património Líquido, no valor de 6.286.157,43 € registou um ligeiro decréscimo de 196.960,57 € e refere-se a transferências e subsídios de capital atribuídos no âmbito de projetos cofinanciados, cujos proveitos são reconhecidos numa base sistemática em anos futuros, à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado, na proporção do cofinanciamento.

Em 31 de dezembro de 2023, o Passivo Total com diferimentos registou uma redução de 81,3% face ao ano transato, cifrando-se em 11.256.633,73 €.

O aumento do passivo não corrente deveu-se essencialmente à contabilização em diferimentos do valor do financiamento obtido através da candidatura ao POSEUR para aquisição de 22 viaturas de transporte de passageiros, em virtude de à data de 31/12/2023, as viaturas ainda se encontrarem em fase de testes não se encontrando disponíveis para utilização nos fins previstos no instrumento de financiamento.

O Passivo Corrente representava 2.903.445,97 € no final do ano de 2023, registando um aumento de 619.255,58 €, para o que contribuiu essencialmente a rubrica diferimentos que inclui rendimentos a reconhecer provenientes da imputação de subsídios e transferências para investimento referente à

depreciação das viaturas a ocorrer em 2024, já que se assistiu a uma diminuição das dívidas a fornecedores, quer de conta corrente (-226.955,58 €) quer de investimentos (- 77.027,04 €).

Também as Outras contas a pagar, no montante de 1.524.115,09 €, registaram um acréscimo de (+132.344,37€ face a 2022) e respeitam na sua maioria a acréscimos de gastos com remunerações a liquidar por conta de férias e subsídio de férias e respetivos encargos da entidade.

A evolução registada, ao nível da estrutura do balanço, teve efeitos desfavoráveis sobre os indicadores financeiros:

- O indicador de Autonomia Financeira passou de 60,6% para 47,3%;
- O indicador de Solvabilidade passou de 1,5 para 0,9;
- O indicador de Liquidez Geral reduziu de 242,8% para 153,1%;
- O indicador de Liquidez Reduzida passou de 221,1% para 138,6%
- O Grau de Cobertura dos Ativos Não Correntes diminuiu de 132,0% para 109,1%.

Donde se conclui que, os SMTUC têm dificuldades em financiar os seus ativos e em solver os seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

A análise orçamental inclui as receitas e despesas e o seu comportamento ao longo dos sucessivos exercícios económicos.

As Receitas Totais atingiram o valor de 27.551.886,79 € (representando um aumento de 26,21% face a 2022), impulsionadas pelo crescimento das receitas correntes em 10,1%, e das receitas de capital, que aumentaram 153,6%.

Neste contexto, as Receitas Correntes constituem a principal fonte de financiamento dos SMTUC e representam 77,6% das Receitas Totais, totalizando 21.372.111,28 € no ano de 2023, influenciadas pelo aumento das receitas provenientes da cobrança de Taxas, Multas e Outras Penalidades, da Venda de Bens e Serviços e das Transferências Correntes, tendo registado um grau de execução de 90,8% face às previsões corrigidas.

As Receitas de Capital, por sua vez, cifraram-se em 6.179.775,51 €, com um grau de execução de 67,6% face às previsões corrigida, evidenciando-se as seguintes:

- Comparticipação financeira no âmbito da candidatura "Promoção da Eficiência Energética da Frota dos SMTUC III – POSEUR-01-1407-FC-000065", no valor de 5.553.764,32 €;
- Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) para alargamento da oferta – apoio de capital do Orçamento Geral do Estado, no valor de 549.969,00 € e da Câmara Municipal de Coimbra, no valor de 68.757,51 €.

No atinente às Despesas Totais, atingiram um valor de 28.801.165,74 €, com um grau de execução de 83,9%, tendo crescido 34,8% relativamente ao ano anterior (21.369.485,55 €), em resultado do aumento tanto da Despesa Corrente (+ 2,4%), como da Despesa de Capital (+ 182,8%).

As Despesas Correntes pagas totalizaram 17.957.834,54 €, com um grau de execução de 80,3%, com destaque para as Despesas de Pessoal (que representaram 61,3% das Despesas correntes) e as Aquisições de Bens e Serviços (com um peso relativo de 38,4%).

As Despesas de Capital, no total de 10.843.331,20 €, tiveram um grau de execução de 90,6% e referem-se à Aquisição de Bens de Capital, que na sua maioria foram financiados por fundos comunitários.

A execução do Plano Plurianual de Investimentos totalizou 10.843.331,20 € com um grau de execução de 90,6%, e resultou na sua quase totalidade da elevada execução financeira dos investimentos efetuados no âmbito do Objetivo 01 – Investimento na Melhoria da Qualidade do Serviço de Transporte de Passageiros, no total de 10.702.553,36 €, com destaque para os seguintes projetos:

- Aquisição de 10 autocarros elétricos Standard e respetivos carregadores;
- Aquisição de 12 miniautocarros elétricos e respetivos carregadores;
- Aquisição de Posto de Transformação;
- Aquisição de 4 autocarros a diesel, usados.

1.3. AC, Águas de Coimbra, E.M.

Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral datada de 28 de março de 2024.

A Empresa Municipal foi constituída em 24 de maio de 2003, sendo o capital social detido integralmente pelo Município de Coimbra. A Empresa dá continuidade à atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra (SMASC), que, por sua vez, sucederam aos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC).

A AC, Águas de Coimbra, EM tem por objeto a prestação de serviços públicos essenciais, de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais, à população do concelho de Coimbra.

Missão: As Águas de Coimbra tem por missão assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.

Visão: Ambicionam ser uma das referências nacionais ao nível das Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, em baixa, através da prestação de serviços de excelência aos clientes e da criação de sinergias com as instituições do saber e do fazer.

Linhas estratégicas de atuação

- Para cumprir a missão e alcançar a visão da Águas de Coimbra, entendem adotar as seguintes linhas de atuação estratégica: Prestar serviços de excelência aos clientes: disponibilizar água de qualidade com recurso a serviços que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos clientes, orientando-os para a simplificação de procedimentos e relacionamento próximo.
- Desenvolver práticas inovadoras: criar e desenvolver melhores práticas no âmbito da gestão do negócio e da sua operacionalização.
- Garantir a sustentabilidade da empresa: aumentar o volume de negócios pela diversificação de serviços e aumento de escala, incrementar a eficácia e eficiência operacional e gerar valor para as partes interessadas.

Atividade

- Objetivo traçado de alargamento do número de contadores com telemetria, abrangendo quase 80% de cobertura dos clientes, o que permitiu melhorar a gestão e desempenho da empresa.
- Alcançou-se, igualmente, a meta traçada de implementação de uma nova área, no balcão digital, para a entrega de projetos prediais, e integração com o sistema de gestão documental.

- Para ampliar o sistema de telemetria a todos os clientes, foi necessário implementar medidas que, por um lado, permitissem uma boa gestão do parque de contadores e, ao mesmo tempo, conseguissem dar resposta a todas as solicitações de movimentação de contadores que surgem diariamente, das quais podemos destacar:
 - Otimização do parque de contadores para cumprimento do prazo legal e melhorar a sua adequação: foram efetuadas campanhas nos locais onde existiam outros tipos de ordens de serviço, permitindo reduzir as deslocações e o tempo das equipas no terreno;
 - Com vista à redução de perdas de água nas Zonas de Médio e Controlo (ZMC), com valores de perdas acima do pretendido, foi ajustado o planeamento dos trabalhos para garantir uma taxa de cobertura de telemetria superior a 70%. No final de 2023, esta percentagem foi superada em 57 ZMC. Esta alteração permite uma melhor análise do volume de água perdido e, a consequente implementação de medidas para redução de perdas de água em cada ZMC;
 - Responder às necessidades de movimentação de contadores, decorrentes de solicitações dos clientes ou de outros setores da empresa;
 - Redução significativa dos contadores mais antigos. Foram substituídos 732 contadores instalados antes de 2012, através da resolução, de ordens de serviço pendentes por casa fechada, canalizações deterioradas na rede predial e inacessibilidade ao local do contador. Deste modo foi possível reduzir o número de contadores com data de instalação anterior a 2012, de um total de 2116 em 2022, para 1.384, em 2023.
- Com o aumento do número de contadores com telemetria e a manutenção da idade média, foi possível melhorar a medição da água faturada e, conseqüentemente, diminuir as perdas por subcontagem. No final de 2023, o número de contadores com esta tecnologia representava cerca de 79,65% do parque de contadores (num total de 69.224 contadores), garantindo-se já a medição de cerca de 83% do volume de água faturada. O volume de água medido pelo sistema de telemetria aumentou de 21.500 m³/dia, em 2022, para cerca 23.000 m³/dia, em 2023.
- A melhoria do parque de contadores da Águas de Coimbra é significativa e a implementação do sistema de telemetria tem permitido às diversas áreas da empresa melhorarem o seu desempenho através da redução do número de faturas por estimativa, do número de contadores movimentados, das ações de fiscalização, entre outras. Merece destaque o papel da telemetria ao nível da gestão de perdas de água, nomeadamente, na minimização das perdas aparentes, e na possibilidade de utilização de valores de consumo reais no balanço hídrico mensal.
- Em 2023, iniciou-se um trabalho de divulgação do balcão digital, tendo em vista proporcionar maior conforto aos nossos clientes. Esta plataforma digital permite a consulta e o download de faturas, o acesso ao histórico de leituras e consumos, a atualização de dados de contrato, e a formulação de pedidos diversos. Fruto do trabalho desenvolvido, que envolveu formação aos colaboradores e divulgação das potencialidades do balcão digital, foi possível atingir as 5.300 subscrições.
- No domínio dos contadores instalados, há a salientar que no final do ano de 2023, cerca de 70.000 contadores, ou seja, aproximadamente 80% do nosso parque de contadores, já tinham acoplado um sistema de telemetria (leitura remota de contadores), o que representa um acréscimo de 17%

relativamente ao ano anterior. Esta tecnologia permite maior rigor nas leituras, prestando um melhor serviço ao cliente.

- O número de clientes servidos pela rede de abastecimento de água, ascendia, no final de 2023, a 87.001, constatando-se uma tendência de ligeiro crescimento em relação ao ano anterior em que existiam 86.376 (+ 0,72%).

Resultados

A empresa continua a percorrer o caminho da recuperação económica.

O aumento percentual dos rendimentos em 2023, face ao ano anterior, foi de 4,55%, mas, inferior ao crescimento de gastos que foi de 6,39%. Em valor, a variação positiva dos rendimentos totais foi de 1.381.048,10 € e a dos gastos totais de 1.766.036,33 €.

Assim:

- Os rendimentos gerados em 2023 totalizaram 31.728.397,16 €.
- Os gastos ocorridos em 2023 atingiram 29.395.387,11 €.

O resultado antes de impostos foi positivo, no valor de 2.333.010,05 €.

A contribuição de cada uma das atividades - abastecimento de água (AA), saneamento de águas residuais (AR) e drenagem de águas pluviais (AP) foi de, respetivamente, 1.379.462,34 €, 2.166.645,26 € e -1.111.219,88 €.

Os gastos de financiamento ascenderam a 101.877,67 €.

Ao nível do Balanço, o Capital Próprio, na rubrica de Resultados Transitados apresenta, ainda, em 31 de dezembro de 2023 um valor negativo de 1.440.479,92 €, situação que se alterará, favoravelmente, em 2024, pelo efeito da aplicação do resultado líquido positivo de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total de caixa e depósitos bancários ascende a 2.520.275,51 €, assim determinado:

- Saldo transitado de 2022 foi de 4.901.665,40 €;
- Variação de Caixa, gerada em 2023, foi negativa e ascendeu a -2.381.389,89 €.

A aquisição de investimento em ativos tangíveis somou 4.704.430,79 €.

Esse montante resultou de:

- Execução do plano de investimentos, no montante de 4.459.232,19 € que corresponde a uma taxa de execução anual de 57%;
- Construção de ramais e prolongamentos de rede por administração direta, no valor de 68.699,70 €;
- Transferência do Município, a título oneroso, de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, valorizada em 176.498,90 €.

A aquisição de investimento em ativos intangíveis foi de 4.996,64 €.

Apresentam-se alguns indicadores económicos, de produtividade e financeiros:

Indicadores Económicos e de Produtividade

- A rentabilidade das vendas e prestações de serviços passou a ser de 5,71%;
- O cash flow operacional - EBITDA registou o valor de 6.729.454 €;
- O indicador volume de negócios/ n^o médio de trabalhadores foi de 109.450 €;
- O rácio vendas e prestações de serviços/gastos com pessoal é de 3,68%.

Indicadores Financeiros

Sobre os indicadores financeiros, todos apresentam crescimento face aos observados no ano anterior.

Deste modo:

- A liquidez geral foi de 1,13 (em 2022 foi de 1,01);
- A autonomia financeira foi de 81,13% (em 2022 foi de 76,25 %);
- A solvabilidade foi de 4,30 (em 2022 foi de 3,21).

1.4. PRODESO – Ensino Profissional EM, Lda.

Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral, datada de 19.03.2024.

No dia 11 de junho de 1991 – foi constituída a Sociedade Civil, por quotas, denominada – “PRODESO – Sociedade para o Desenvolvimento Profissional e Social de Coimbra, Limitada”.

Em 1999 foi aprovada a passagem da PRODESO, de entidade promotora, a entidade proprietária do ITAP - Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra (escola profissional privada de âmbito municipal) – sendo, nessa data, de 69% a participação do Município no capital social realizado.

O Município de Coimbra detém atualmente 100% da PRODESO, EM, Lda., com uma participação financeira, avaliada ao custo histórico, de 48.300,00 € no capital realizado e uma prestação suplementar, efetuada em 2003, de 200.000,00 €.

Em Assembleia Geral realizada em novembro de 2018, foi deliberada a amortização da quota pertencente à sócia insolvente ACIC (detentora de 31% do capital social), com redução do capital social da sociedade, passando a Câmara Municipal de Coimbra a sócia única da PRODESO – Ensino Profissional, EM, Lda. O seu capital social atual é de 50.000,00 €, consequência de um aumento realizado em 2020, por incorporação de reservas livres, no montante de 1.700,00 €.

Tem como objeto social a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, qualificação e formação profissionais, nos termos previstos na alínea a) do artigo 45º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Compete ainda à sociedade a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação, destinados ao ensino e à qualificação profissionais, tendo em vista o desenvolvimento social. A sociedade pode ainda desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares, relacionadas com o ensino e com a qualificação e formação profissionais.

Missão: Prestar um serviço de Educação e Formação de excelência, focado na qualificação profissional de jovens e adultos, proporcionando-lhes a aquisição de competências, que permitam o desenvolvimento de habilidades, atitudes e capacidades, tendo em vista uma inserção no mundo do trabalho e/ou o prosseguimento de estudos, bem como o exercício responsável de uma cidadania ativa.

Visão: Pretende ser uma empresa de referência na região onde se insere pela excelência da promoção do sucesso escolar e profissional dos seus alunos, pela promoção dos valores da Cidadania e da inclusão; pelo elevado grau de satisfação das famílias, pelas amplas relações externas que estabelece através da celebração de parcerias estratégicas com diversas entidades empresariais e outras organizações do tecido económico, social e cultural, regional, nacional e europeu.

Atividade

O ano de 2023 foi marcado por dificuldades financeiras, o que resultou numa intervenção mais seletiva e criteriosa dos recursos disponíveis.

Na atividade principal, a Escola ITAP registou um ligeiro aumento do número de alunos em comparação com o ano anterior, o que permitiu encarar o final do 4.º trimestre do ano com otimismo.

Proporcionou a certificação escolar e profissional a 32 alunos, e captou 55 novos alunos.

Foram ministradas um total de 5 814 horas de formação sociocultural, científica e técnica, acrescidas de 1 113 horas em formação prática em contexto real de trabalho, em 55 empresas de diversos setores de atividade do concelho de Coimbra.

De referir ainda que, o valor da taxa de execução do financiamento ao POCH, inferior a 75% a condicionou, em certa medida, a gestão orçamental e financeira que sustenta toda a atividade operacional e de suporte, pelo que as disponibilidades para fazer face aos compromissos assumidos foram insuficientes.

No que se refere à atividade associada à formação para ativos empregados foram abrangidos 158 participantes, ministradas, 293 horas de formação, totalizando um volume de formação de 3 826 horas de formação, à qual correspondeu uma despesa direta de 7.200 € com a aquisição de serviços de formação de 6 formadores.

No ano letivo 2022/2023, o ITAP ministrou formação a 80 alunos. No ano letivo 2023/2024, à data de 31/12, o número de alunos em formação era de 84.

Por níveis de formação, a distribuição de alunos foi a seguinte (2023/2024):

- Cursos Profissionais – 37 alunos;
- Cursos de Educação e Formação – 47 alunos.

No âmbito dos cursos de formação ministrados para a obtenção do Certificado de Aptidão de Motoristas (CAM), Realizaram-se 5 ações de formação para renovação do CAM, abrangendo 66 participantes, 175 horas de formação, totalizando um volume de formação de 2.310 horas, resultando numa taxa de certificação de 97%.

O ano do exercício coincidiu com a transição para o novo de quadro comunitário de apoio. Os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação de Jovens ministrados na Escola ITAP, no ano letivo 2022/2023, são financiados pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH). Os cursos que iniciaram no ano letivo 2023/2024 são financiados pelo Programa Demografia, Qualificações e Inclusão designado de Pessoas 2030.

A PRODESO implementou no ITAP o sistema de garantia da qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia de Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET), financiado pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH).

Em março de 2021 foi atribuído ao ITAP o Selo de Conformidade EQAVET, pelo período de três anos, através do Certificado n.º 308/2021.

O programa Erasmus+ é o programa europeu para a educação, formação, juventude e desporto, e visa potenciar o desenvolvimento educativo, profissional e pessoal de todos os cidadãos na Europa, contribuindo assim para o crescimento sustentável, o emprego de qualidade e a coesão social, bem como impulsionar a inovação e reforçar a identidade europeia e a cidadania ativa.

O ITAP, no seu projeto educativo, integra a dimensão europeia da formação e de promoção de oportunidades para os alunos, procurando contribuir para a igualdade de oportunidades; para o reconhecimento de competências e qualificações no âmbito europeu; para a valorização pessoal e para, de alguma forma, contribuir para mitigar as assimetrias nacionais e europeias do (des)emprego dos jovens.

É com este desígnio que o ITAP, tem apresentado candidatura ao Programa Erasmus+ para a realização de estágios internacionais, e formação de pessoal, financiados por fundos comunitários.

Os projetos inserem-se na Ação-Chave 1 (KA1) – Mobilidade individual para fins de aprendizagem do projeto ERASMUS+, projeto de mobilidade para fins de aprendizagem de formandos e pessoal das organizações de Ensino e Formação Profissional, e engloba as seguintes modalidades:

- Modalidade A1: Estágios para formandos e recém-diplomados no estrangeiro;
- Modalidade A5: Formação de pessoal no estrangeiro em período de acompanhamento/observação no posto de trabalho (job shadowing) uma empresa ou outra organização.

Celebração de Contrato-Programa de delegação de competências do Município de Coimbra

Considerando que o Município de Coimbra tem como objetivo promover a aprendizagem ao longo da vida dos seus trabalhadores, e que a PRODESO pode desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares com o ensino, com a qualificação e formação profissional, e que ambas as entidades estão empenhadas na promoção do desenvolvimento social económico do concelho, foi possível celebrar um contrato-programa nas seguintes áreas de colaboração:

- Reforço das competências dos trabalhadores do Município e das Juntas e Uniões de Freguesia(s);
- Diagnóstico de necessidade de formação dos assistentes operacionais do Município e das Juntas e Uniões de Freguesia(s).

Para cada um dos projetos, referidos anteriormente, foram definidos objetivos estratégicos e operacionais, metas e indicadores de eficácia e eficiência que a PRODESO deverá cumprir no final dos três meses de duração do contrato. O montante máximo do subsídio à exploração estabelecido no contrato foi de 90.000 €.

Nesse período e até ao final do ano, realizaram-se 6 ações de formação, ações essas nas quais participaram 83 trabalhadores, todos Assistentes Operacionais das Escolas do Concelho, executaram-se 98 horas de formação, totalizando um volume de formação de 1.337 horas, resultando numa taxa de certificação de 100%. No ano, o projeto regista um grau de execução de 55,33(3)%.

Resultados

As demonstrações financeiras evidenciam uma perda económica significativa, face ao ano de 2022, inerente a uma diminuição acentuada dos rendimentos, apesar dos gastos também terem diminuído.

O resultado antes de impostos, em 2023, foi negativo, no valor de 276.462,72 €.

Os rendimentos, em 2023, foram de 443.080,25 €, diminuíram 11,94% face a 2022 (em 2022 foram de 503.163,47 €).

Os valores das prestações de serviços em 2023, diminuíram em virtude de se terem realizado menos ações de formação do Certificado de Aptidão de Motoristas (CAM). Sendo a redução de 9,5%, face a 2022.

Os gastos, em 2023, foram de 719.542,97 €, diminuíram 3% face a 2022 (em 2022 foram de 742.155,26 €).

Os gastos com fornecimento e serviços externos diminuíram 9,2%. Parte significativa dessa redução foi devida a decisões da atual Gerência, no sentido de diminuir os custos com o valor hora/formador, e com a renegociação do valor da renda das instalações. Os gastos com o pessoal subiram 2% devido a encargos com a cessação de funções dos membros da gerência anterior, bem como pela saída de um trabalhador. A subida dos montantes dos gastos e perdas de financiamento são atribuídos ao valor aos juros suportados com a conta caucionada, situação que se vem agravando desde 2021.

Os resultados gerados foram transferidos por conta de Resultados Transitados, sendo o valor negativo em 276.462,72 €.

1.5. iParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.

Contas individuais aprovadas em reunião da Assembleia Geral de 14.05.2024.

Constituído por escritura pública de 13 de fevereiro de 2004, o Coimbra iParque é um parque de ciência e tecnologia, gerido por uma sociedade especializada, a iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, EM SA, cujo objeto social é dinamizar e apoiar polos de inovação tecnológica, incubadoras de empresas e outras iniciativas associadas ao desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.

A Missão do iParque é o desenvolvimento e a modernização do tecido empresarial da cidade de Coimbra e da sua região, através de ações de promoção, criação e instalação de empresas de elevado conteúdo tecnológico, de consultorias e de formação orientadas para a inovação, desenvolvimento experimental e incorporação de novas tecnologias.

Atividade

O ano de 2023 foi marcado pela venda do último lote da 1ª Fase, 13 anos depois da primeira escritura, ficando 100% ocupado, e pela conclusão da empreitada da 2ª Fase A e realização das primeiras 2 escrituras (2ª Fase A que tem um total de 7 novos lotes).

Dos 18 lotes disponíveis na 1ª Fase, existem 5 lotes vendidos / arrendado que não iniciaram construção e que continuarão debaixo de um acompanhamento da iParque.

Existe, ainda, o lote da Innovnano que está encerrado desde 2019 e cuja solução tem sido trabalhada com a Bondalti (empresa do grupo José de Mello que detém o lote 13). Existiu perspectiva de solução em 2023, que não se concretizou.

Também em 2023, concluiu-se a empreitada da 2ª Fase A, que disponibiliza mais 12 hectares e 7 novos lotes. Falta apenas a execução dos espaços verdes que estava excluída de financiamento.

Foram já realizadas as primeiras 2 escrituras desta 2ª Fase A e estão comprometidos 5 dos 7 lotes, com candidaturas em análise para mais 1 dos lotes.

No acumulado da 1ª Fase e 2ª Fase A, a 31/12/2023, estavam ocupados 186.665m² dos 200.107m² disponíveis, o que corresponde a uma taxa de 93%. Com as candidaturas em apreciação ficam ocupados 193.505m² e 97%.

Por fim, refira-se a aprovação pela CMC, a 13 de Março de 2023, da abertura de procedimento de elaboração da 2ª alteração do Plano de Pormenor do iParque, que tem como principais objetivos:

- formalizar a unificação dos lotes 16 e 18 e do espaço público entre eles, que permitiram a instalação da Olympus;
- alterar o lote 2 para permitir que se avence com o projeto de instalação do equipamento desportivo;

- a alteração da 2ª Fase B, eliminando a parcela 288 prevista para o Heliporto e readaptando os lotes, reduzindo a existência de caminhos entre lotes e permitindo maior flexibilidade na sua unificação;
- a possibilidade de destacar, ou unificar, lotes com maior facilidade;
- a regulamentação da instalação de painéis solares (fotovoltaicos).

Resultados

Do ponto de vista contabilístico, o Resultado Líquido do Período da iParque melhorou em 647.681 € (passou de 534.444 € negativos em 2022 para 113.237 € positivos em 2023).

Para este resultado contribuíram o aumento das Vendas que eram inexistentes em 2022 e foram de 585.811 € em 2023 (tendo existido a venda do último lote da 1ª Fase e escrituras de 2 lotes da 2ª Fase A), o aumento no valor da Prestação de Serviços e Concessões em 8,9% (aumentaram de 89.119 € em 2022 para 97.719 € em 2023, fruto da atualização de rendas), o aumento das Transferências Correntes e Subsídios à exploração obtidos, que eram inexistentes em 2022 e passaram a 470.812 € em 2023 (por conta do financiamento à empreitada da 2ª Fase A pelo Portugal 2020 e, também, da primeira tranche do Contrato-Programa celebrado com a CMC), e a diminuição de 3,4% nos Fornecimentos e Serviços Externos (que passaram de 166.316 € em 2022 para 160.797 € em 2023).

Os rácios financeiros continuam a demonstrar uma autonomia financeira robusta (ainda que tenha descido face a 2022, face à necessidade de correção do ativo em 702.737,90 € - porquanto estavam registados terrenos da 1ª Fase, que foram cedidos ao domínio público, com a conclusão do processo de loteamento), rácios de solvabilidade e de liquidez confortável (acima de 100%), e uma diminuição do endividamento (em sentido contrário ao aumento que se verificou entre 2020 e 2022).

Em termos de análise económica/financeira, cumpre destacar ainda os seguintes factos, relativos a 2023:

- O rácio de Capitais Permanentes é de 84,76% ($RCP = \frac{\text{Total C.P.} + \text{Passivo Não Corrente}}{\text{A. Total}}$);
- O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos é positivo de 519.099,82 €;
- O resultado do exercício depois de IRC foi positivo no montante de 113.237,27 €;
- O passivo, no ano de 2023, totaliza o montante de 3.670.432,72 €.

1.6. Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia

Na ausência de aprovação das contas individuais em reunião da assembleia geral, à data de elaboração do presente relatório, foram utilizadas as contas propostas pela Direção, para aprovação pela Assembleia Geral.

A Associação RUAS (Recriar a Universidade, Alta e Sofia) assume o papel de gestora do Bem "Universidade de Coimbra - Alta e Sofia". Foi constituída a 29 de dezembro do ano de 2011, envolvendo como fundadores, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra e a Direção Regional da Cultura do Centro.

As atividades desenvolvidas pela Associação, assim como as atividades de carácter administrativo, têm sido asseguradas pelos técnicos e colaboradores das instituições fundadoras, sob coordenação da Direção.

A Associação RUAS é dirigida por uma Presidência (exercida rotativamente pela Universidade de Coimbra e pela Câmara Municipal de Coimbra) e por um Conselho Diretivo (presidido rotativamente pela Universidade de Coimbra e pela Câmara Municipal de Coimbra).

O modelo de gestão é inovador e reúne as entidades com jurisdição legal a operar no território. Destas entidades, três assumem responsabilidades executivas na Associação RUAS: a Universidade de Coimbra (UC), a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e a Direção Regional da Cultura do Centro. A Assembleia Geral também inclui – sem responsabilidade executiva – outras instituições, assim como proprietários e outros agentes sociais cujas atividades estão, de algum modo, ligadas ao Bem ou à sua zona de proteção.

A Associação definiu os seguintes objetivos estratégicos:

- Criar mecanismos de conservação do Património;
- Promover a divulgação nacional e internacional;
- Desenvolver o fluxo turístico nas áreas património;
- Apoiar iniciativas de natureza cultural, científica e social;
- Garantir a sustentabilidade financeira.

Atividade

A Associação RUAS tem direcionado as suas ações e atividades para a divulgação, promoção e valorização do Bem Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, sobretudo por intermédio da promoção e apoio a eventos e projetos na área da valorização do Património. O relacionamento com outras entidades tem sido assumido, igualmente, como um elemento estratégico da maior importância.

Em 2023 assinalou-se os 10 anos de inscrição pela UNESCO do Bem Universidade de Coimbra, Alta e Sofia na Lista do Património Mundial, o que naturalmente se traduziu num Plano de Atividade alicerçado nesta efeméride, que se pretende assinalar com consciência plena da responsabilidade e compromisso

assumidos, associando à vertente celebrativa do tempo presente um período de reflexão profunda, necessariamente tão retrospectiva quanto prospetiva. Em suma, fazer um balanço do que desde então se alcançou dos objetivos inicialmente estabelecidos e definir o que, enquanto Academia e Cidade, nos propomos atingir nos próximos 10 anos, identificando objetivos diferentes ou recentrando os originais, em função das profundas transformações ocorridas e dos novos desafios subsequentes (<https://www.uc.pt/10unesco/>).

Distribuído ao longo de vários momentos, distribuídos entre março e novembro de 2023, o programa de celebrações resultou da articulação com múltiplas entidades e agentes culturais, desenhando um programa plural, alicerçado no conhecimento, na salvaguarda patrimonial e na abertura à(s) comunidade(s).

A organização dos Sons da Cidade – evento que celebra a inscrição da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia na Lista do Património Mundial, ganhou, assim, novo fôlego, integrado num plano comemorativo mais vasto e diversificado

Pelo elevado valor artístico e umbilical relação com o território classificado como Património Mundial, 2023 ficou ainda marcado pela nova edição da Anozero | Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra.

A Direção pretendeu, assim, encetar um conjunto de ações que recentrem os objetivos estratégicos nos fins genéricos previstos nos seus Estatutos, ao mesmo tempo que permite uma maior aproximação com os agentes do território, culturais ou outros, e a comunidade que compõe os espaços classificados. Pretendeu-se cimentar o conjunto de atividades já consolidadas e cujo esforço de continuidade legitima o trabalho desenvolvido. Manteve-se a aposta nas questões relacionadas com o trabalho técnico de acompanhamento do Bem e as responsabilidades institucionais enquanto interlocutor deste junto dos organismos nacionais e internacionais, estando em curso a elaboração de novo Plano de Gestão do Bem.”

Resultados

No ano de 2023, os rendimentos totais obtidos foram de 52.500,00 € e os gastos totais foram de 56.040,78 €, o que conduziu a um resultado líquido negativo de 3.540,78 €.

Os rendimentos obtidos resultam de recebimentos a título de quotizações, enquanto os gastos se distribuem por gastos de funcionamento, com especial relevo para a aquisição de serviços e dinamização de atividades com a divulgação e promoção do Bem.

O total do Capital Próprio ascendeu, em 31/12/2023, a 70.197,10 € sendo que os Resultados Transitados apresentam o valor negativo de 76.262,12 €.

O Ativo é composto apenas por caixa e depósitos bancários e o Passivo é composto pela rubrica fornecedores.

2. BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Estrutura Patrimonial Consolidada

O Balanço Consolidado e o Sistema Contabilístico adequam-se às instruções publicadas pela NCP 22 espelhando a situação patrimonial do Grupo Municipal, à data de 31 de dezembro de 2023.

As contas consolidadas são, fortemente, marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município de Coimbra, do exercício de 2023, quando individualmente considerado.

Com base nas contas individuais das entidades consolidadas, ajustamentos e operações de consolidação, foram produzidos os documentos Financeiros do Grupo Municipal do exercício de 2023 – Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados, Demonstração de Alteração do Património Líquido Consolidada e Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Balanço Consolidado evidencia a situação patrimonial do Grupo Municipal no final do ano de 2023, de acordo com o Perímetro de Consolidação considerado, refletindo os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal

Em termos agregados observa-se que o Município, em conjunto com as entidades detidas a 100%, mantém uma posição predominante nas contas do Grupo Municipal Consolidado. O facto de os valores apresentados na linha do Total do Balanço Consolidado com interesses minoritários ser inferior ao total dos Balanços individuais das entidades detidas a 100%, resulta da eliminação de operações internas entre empresas do grupo.

O Ativo Líquido Consolidado ascendeu a 822.483.456,96 €, o que representa um aumento de 3,89%, face ao período homólogo de 2022.

O Passivo Consolidado ascendeu 164.914.511,41 €, tendo registado um acréscimo de 29,11%. Os Capitais Próprios Consolidados (com interesses minoritários), ascenderam a 657.568.945,55 €, o que se traduziu num decréscimo de 0,96 %. Os Interesses Minoritários apurados foram de 179.209,74 € e resultam do facto do Município não deter a totalidade do capital próprio na iParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A e na Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia.

Ativo Consolidado

Unid: euro

Ativo Consolidado	31.12.2023		31.12.2022	
	valor	peso %	valor	peso %
Ativos fixos tangíveis	726 793 590,38	96,41%	701 482 610,70	96,23%
Propriedades de investimento	4 224 903,99	0,56%	4 318 927,15	0,59%
Ativos intangíveis	10 738 186,61	1,42%	10 690 226,11	1,47%
Participações financeiras	11 525 780,69	1,53%	11 525 754,93	1,58%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	398 842,07	0,05%	410 844,81	0,06%
Ativos por impostos diferidos	143 373,72	0,02%	551 783,11	0,08%
Ativo não corrente	753 824 677,46	100,00%	728 980 146,81	100,00%
Inventários	2 220 205,10	3,23%	1 614 100,50	2,57%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	305 828,58	0,45%	217 082,66	0,35%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	11 645,32	0,02%	17 490,24	0,03%
Clientes, contribuintes e utentes	3 942 957,60	5,74%	3 938 412,14	6,28%
Estado e outros entes públicos	2 966 399,24	4,32%	1 675 025,08	2,67%
Acionistas/sócios/associados	249 378,96	0,36%	259 234,58	0,41%
Outras contas a receber	31 855 595,10	46,40%	37 341 933,74	59,55%
Diferimentos	556 914,27	0,81%	323 376,69	0,52%
Caixa e depósitos	26 549 855,33	38,67%	17 325 398,62	27,63%
Ativo Corrente	68 658 779,50	100,00%	62 712 054,25	100,00%
Total do Ativo	822 483 456,96		791 692 201,06	

Constata-se que, o ativo consolidado, quando comparado com o ativo do Município, permite aferir o forte peso do Município enquanto entidade consolidante, com uma representatividade de aproximadamente 90% e, como tal, responsável pelas principais variações ocorridas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Tais variações foram já anteriormente justificadas no âmbito da análise das contas individuais.

Município de Coimbra
Prestitação de Contas Consolidada 2023

Passivo consolidado

Unid: euro

Passivo Consolidado	31.12.2023		31.12.2022	
	valor	peso %	valor	peso %
Provisões	17 828 597,23	14,91%	2 128 073,73	2,34%
Financiamentos obtidos	25 103 842,84	20,99%	26 726 025,40	29,35%
Diferimentos	70 736 406,35	59,15%	56 428 505,39	61,98%
Passivos por impostos diferidos	898 617,79	0,75%	980 863,00	1,08%
Outras contas a pagar	5 015 320,77	4,19%	4 783 412,31	5,25%
Passivo não corrente	119 582 784,98	100,00%	91 046 879,83	100,00%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	166 780,83	0,37%	354 507,24	0,97%
Fornecedores	11 730 777,91	25,88%	10 699 366,95	29,17%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	253 291,79	0,56%	220 448,84	0,60%
Estado e outros entes públicos	1 594 511,63	3,52%	1 916 395,44	5,22%
Financiamentos obtidos	11 078 459,12	24,44%	4 558 107,54	12,43%
Fornecedores de investimentos	1 597 773,52	3,52%	1 323 124,51	3,61%
Outras contas a pagar	16 423 894,70	36,23%	15 679 439,02	42,74%
Diferimentos	2 486 236,93	5,48%	1 878 155,91	5,12%
Outros passivos financeiros	0,00	0,00%	52 305,10	0,14%
Passivo corrente	45 331 726,43	100,00%	36 681 850,55	100,00%
Total do Passivo	164 914 511,41		127 728 730,38	

Também no passivo consolidado verificamos que, quando comparado com o passivo do Município, o peso da entidade consolidante é cerca de 90%, como tal, responsável pelas principais variações ocorridas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

No que respeita ao passivo não corrente, destaca-se o aumento do peso da rubrica provisões, decorrente da constituição de provisões para processos judiciais em curso, cuja probabilidade de perda foi considerada elevada no Município.

Para o passivo corrente consolidado os acréscimos mais significativos decorrem das rubricas fornecedores, estado e outros entes públicos, financiamentos obtidos cuja exigibilidade considera-se inferior a um ano, outras contas a pagar e ainda diferimentos, por influência maioritária do Município, mas também das Águas de Coimbra e SMTUC.

Património consolidado

Património Consolidado	31.12.2023		31.12.2022		Unid: euro
	valor	peso %	valor	peso %	
Património/Capital	375 997 924,91	57,18%	375 966 784,91	56,62%	
Reservas legais	17 819 926,27	2,71%	17 723 751,71	2,67%	
Outras reservas	7 176 400,58	1,09%	7 176 400,88	1,08%	
Resultados transitados	88 843 141,01	13,51%	84 464 006,46	12,72%	
Ajustamentos em ativos financeiros	4 829,76	0,00%	4 829,76	0,00%	
Outras variações no Património Líquido	181 587 421,08	27,61%	173 348 521,30	26,11%	
Resultado líquido do período	-14 039 907,80	-2,14%	5 146 585,62	0,78%	
Total património Líquido do Grupo Consolidado	657 389 735,81	99,97%	663 830 880,64	99,98%	
Interesses que não controlam	179 209,74	0,03%	132 590,04	0,02%	
Total do Património Líquido	657 568 945,55	100,00%	663 963 470,68	100,00%	

Nota: Efetuada a correção retrospectiva ao ano de 2022 por força da correção registada pelo iParque, no valor de 702.737,90 €.

A variação do património líquido do Grupo Consolidado ascendeu a cerca de 1% negativo, as reservas e os resultados transitados apresentam um aumento decorrente da incorporação dos resultados líquidos do período anterior. Para o resultado líquido apurado no exercício, contribuiu negativamente o resultado apurado no Município, na Prodeso e na Ruas, tendo as restantes entidades apurado resultados positivos. Nos termos da NCP 22 "a entidade que controla deve apresentar os interesses que não controlam no balanço consolidado dentro do património líquido, separadamente do património líquido próprio relativamente aos proprietários, da entidade que controla". Deste modo, são apresentados os interesses minoritários no valor de 179 209,74 de euros, por influência da sociedade iParque e da Ruas.

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Demonstração de resultados consolidada

Rendimentos e Gastos	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	59 711 539,07	59 863 521,53	-151 982,46	-0,25%
Vendas	10 534 722,53	9 655 233,91	879 488,62	9,11%
Prestações de serviços e concessões	30 999 544,64	28 720 527,73	2 279 016,91	7,94%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	316 884,44	0,44	316 884,00	72019090,91%
Transferências e subsídios correntes obtidos	47 796 830,38	40 531 013,26	7 265 817,12	17,93%
Variações nos inventários da produção	-576 074,87	24 975,14	-601 050,01	-2406,59%
Trabalhos para a própria entidade	68 699,70	78 378,54	-9 678,84	-12,35%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-10 587 951,18	-11 552 749,36	964 798,18	-8,35%
Fornecimentos e serviços externos	-46 818 900,46	-41 521 152,15	-5 297 748,31	12,76%
Gastos com pessoal	-66 359 019,04	-59 343 931,49	-7 015 087,55	11,82%
Transferências e subsídios concedidos	-13 578 408,78	-11 828 229,42	-1 750 179,36	14,80%
Prestações sociais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0,00	24 299,85	-24 299,85	-100,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	233 666,48	-485 740,65	719 407,13	-148,11%
Provisões (aumentos/reduções)	-15 724 940,17	-322 097,51	-15 402 842,66	4782,04%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos	10 643 525,02	10 771 522,39	-127 997,37	-1,19%
Outros gastos	-2 175 421,45	-2 175 993,54	572,09	-0,03%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	4 484 896,31	22 439 578,67	-17 954 682,36	-80,01%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-16 368 372,92	-16 297 754,34	-70 618,58	0,43%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-11 883 676,61	6 141 824,33	-18 025 500,94	-293,49%
Juros e rendimentos similares obtidos	160 250,10	129 961,32	30 288,78	23,31%
Juros e gastos similares suportados	-1 681 937,54	-550 597,15	-1 131 340,39	205,48%
Resultados antes de impostos	-13 405 364,05	5 721 188,50	-19 126 552,55	-334,31%
Imposto sobre o rendimento	-627 987,01	-613 590,40	-14 396,61	2,35%
Resultado líquido do período	-14 033 351,06	5 107 598,10	-19 140 949,16	-374,75%
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam	-6 556,74	38 987,52	-45 544,26	-116,82%
	-14 039 907,80	5 146 585,62	-19 186 493,42	-372,80%

No exercício de 2023, o Grupo Municipal apurou um volume de Rendimentos Totais de 159.655.921,01 € e de Gastos Totais de 173.689.272,07 €, o que conduziu a um resultado gerado (com interesses minoritários) de 14.039.907,80 € negativo. Os valores apurados resultam, maioritariamente, da atividade do Município e da AC, Águas de Coimbra, E.M.

Na estrutura de rendimentos, o maior peso é assumido pelas rubricas “Impostos, contribuições e taxas” e pelas “Transferências e subsídios correntes obtidos”, resultantes da atividade da entidade-mãe, seguidos das prestações de serviços e concessões, resultante, maioritariamente, da atividade da AC, Águas de Coimbra, E.M.

Na estrutura de gastos, à semelhança de anos anteriores, mantêm-se a relevância do peso dos gastos com pessoal, com fornecimentos e serviços externos, com os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e com os gastos com transferências e subsídios concedidos, como as rubricas que maior peso assume. O aumento nos gastos com o pessoal, decorre do aumento do salário mínimo, de alterações de posicionamento remuneratório e outras disposições legais. Destaque para as provisões, que aumentaram 15 milhões, decorrente da constituição de provisões para processos judiciais em curso, no Município, cuja probabilidade de perda foi considerada elevada.

Decorrente, essencialmente, do comportamento da rubrica provisões, o Resultado Líquido do Período, acrescido dos interesses minoritários, registou uma variação negativa muito significativa, na ordem dos 372,80 %, apresentando um valor negativo de 14.039.907,80 €, em 2023. Os Resultados Líquidos, gerados pelas entidades que compõem o Grupo, contribuíram decisivamente para aquele resultado, essencialmente o Município, mas também a Prodeso e a Ruas, que apresentaram Resultados Líquidos negativos.

Município de Coimbra

Prestação de Contas Consolidada 2023

Indicadores

Apresenta-se um quadro de indicadores relativos à atividade desenvolvida pelo Grupo Municipal, em termos comparativos com o ano de 2022, que permite efetuar uma leitura quantitativa da sua “saúde” financeira:

Estrutura Financeira		2022	2023	Variação 2023/2022	Observações
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	83,87%	79,95%	-3,92%	Representa a percentagem dos ativos totais da entidade financiados pelo património líquido.
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	5,20	3,99	-1,21	Rácio de solvabilidade visa perceber qual a capacidade que a entidade tem em solver (pagar) as suas obrigações a médio e longo prazo.
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultado operacional/Gastos Financeiros	11,15	-7,07	-18,22	Mede o grau de cobertura dos gastos financeiros pelos resultados operacionais, o número de vezes que o resultado operacional cobre os juros financeiros permitindo perceber se a entidade tem capacidade de gerar resultados suficientes para cobrir as suas obrigações de natureza financeira.
Endividamento	Passivo/Ativo	16,13%	20,05%	3,92%	Este rácio permite avaliar o grau de dependência financeira da entidade face a terceiros. Quanto mais elevado for o resultado deste rácio, maior a vulnerabilidade da entidade.

Genericamente, os indicadores apresentam uma evolução negativa, decorrente evolução do resultado líquido consolidado apurado.

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Análise da distribuição dos Custos Consolidados por Funções

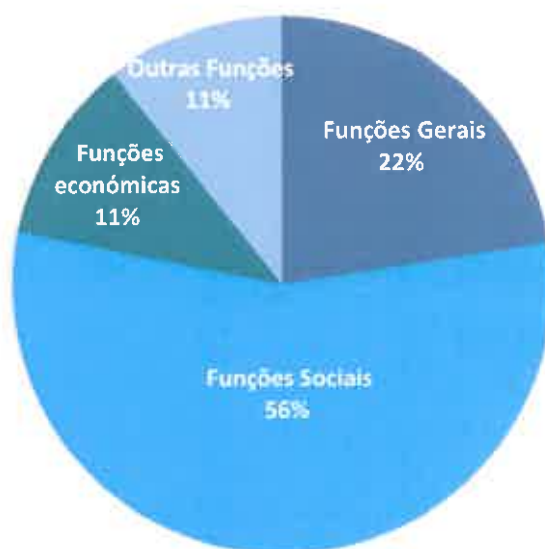
Unid.:euro

Função	Município de Coimbra	SMTUC	Águas de Coimbra	IParque (92,65%)	Prodeso	Ruas (50%)	Eliminações	Total	%
1 Funções Gerais	37 991 933,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37 991 933,90	22,51%
111- Administração geral	35 498 298,28							35 498 298,28	
121-Protecção civil e luta contra incêndios	1 915 141,11							1 915 141,11	
122-Polícia municipal	578 494,51							578 494,51	
2 Funções Sociais	64 330 103,92	0,00	29 912 359,38	0,00	719 542,97	28 020,39	-1 034 163,97	93 955 862,69	56,68%
211-Ensino não superior	3 740 244,94				719 542,97		-25 740,00	4 434 047,91	
212-Serviços auxiliares de ensino	23 467 285,59							23 467 285,59	
221-Serviços individuais de saúde	166 844,43							166 844,43	
232-Ação social	1 919 087,08							1 919 087,08	
241-Habituação	2 178 765,21							2 178 765,21	
242-Ordenamento do território	3 180 987,31							3 180 987,31	
243-Saneamento	0,00		14 319 328,50				-476 758,20	13 842 570,30	
244-Abastecimento de água	0,00		15 593 030,88				-519 165,78	15 073 865,11	
245-Resíduos sólidos	10 182 605,89							10 182 605,89	
246-Protecção meio ambiente e conserv. da natureza	3 321 125,12							3 321 125,12	
251-Cultura	9 044 914,91					28 020,39	-12 500,00	9 060 435,30	
252-Desporto, recreio e lazer	7 083 012,85							7 083 012,85	
253-Outras atividades cívicas e religiosas	45 230,59							45 230,59	
3 Funções económicas	12 241 612,48	18 869 494,32	0,00	653 606,70	0,00	0,00	-13 040 691,19	18 724 022,31	11,10%
320-Indústria e energia	2 668 278,44			653 606,70			-592 248,29	2 729 636,85	
331-Transportes rodoviários	6 855 185,19	18 869 494,32					-12 448 442,90	13 276 236,61	
332-Transportes aéreos	225 681,61							225 681,61	
340-Comércio e turismo	374,16							374,16	
341-Mercados e feiras	660 762,63							660 762,63	
342-Turismo	1 831 330,45							1 831 330,45	
4 Outras Funções	18 078 658,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 078 658,25	10,71%
420-Transferências entre administrações	16 643 936,99							16 643 936,99	
430-Diversas não especificadas	1 434 721,26							1 434 721,26	
Total	132 642 308,55	18 869 494,32	29 912 359,38	653 606,70	719 542,97	28 020,39	-14 074 855,16	168 760 477,15	100,00%

Da análise do quadro conclui-se que as Funções Sociais representam 56 % do total dos custos do Grupo Municipal onde se inclui a atividade de Serviços Auxiliares de Ensino bem como o Abastecimento de Água e Saneamento. Seguindo-se as Funções Gerais representam 22 % e refletem o peso dos custos de estrutura. As Outras Funções representam 11 %, com um peso preponderante das Transferências entre Administrações referente, essencialmente, às transferências para as Juntas de Freguesias no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos e às transferências para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra respeitantes à Compensação no Custo Social dos Transportes. As Funções Económicas representam 11 %, com um peso preponderante dos Transportes Rodoviários.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos custos por funções. A análise é feita de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância relativa que cada uma assume na distribuição dos custos do Grupo Municipal.

A análise gráfica ilustra como são aplicados os custos, gerados no Grupo Municipal acima identificado.



Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Análise da distribuição dos Rendimentos Consolidados por Funções

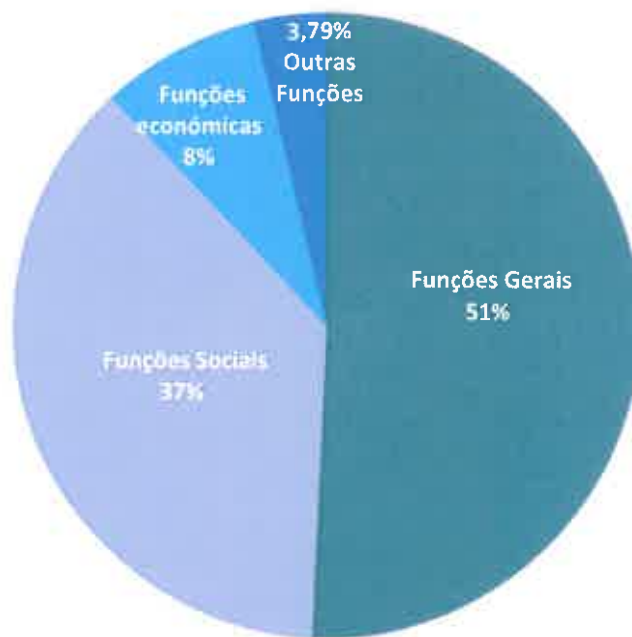
Unid.:euro

Função	Município de Coimbra	SMTUC	Águas de Coimbra	IParque (92,65%)	Prodeso	Ruas (50%)	Eliminações	Total	%
1 Funções Gerais	80 768 396,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80 768 396,43	50,71%
111- Administração geral	79 878 840,85							79 878 840,85	
121-Protecção civil e luta contra incêndios	265 752,40							265 752,40	
122-Polícia municipal	623 803,18							623 803,18	
2 Funções Sociais	28 624 488,02	0,00	31 631 723,18	0,00	443 080,25	26 250,00	-1 531 853,88	59 193 687,57	37,16%
211-Ensino não superior	208 031,27				443 080,25		-25 740,00	625 371,52	
212-Serviços auxiliares de ensino	18 812 106,68							18 812 106,68	
221-Serviços individuais de saúde	25 373,48							25 373,48	
232-Acção social	939 568,70							939 568,70	
241-Habitação	350 624,68							350 624,68	
242-Ordenamento do território	754 264,85							754 264,85	
243-Saneamento	0,00		15 617 128,90				-737 423,01	14 879 705,89	
244-Abastecimento de água	0,00		16 014 594,28				-756 190,87	15 258 403,41	
245-Resíduos sólidos	5 563 308,44							5 563 308,44	
246-Prot. do meio ambiente e conserv. da natureza	210 486,51							210 486,51	
251-Cultura	1 292 975,97					26 250,00	-12 500,00	1 306 725,97	
252-Desporto, recreio e lazer	467 747,44						0,00	467 747,44	
253-Outras atividades cívicas e religiosas	0,00							0,00	
3 Funções económicas	5 609 351,77	19 626 555,66	0,00	758 521,03	0,00	0,00	-12 719 774,36	13 274 654,09	8,33%
320-Indústria e energia	3 795 670,69			758 521,03			-139 112,34	4 415 079,37	
331-Transportes rodoviários	773 529,77	19 626 555,66					-12 580 662,02	7 819 423,41	
332-Transportes aéreos	2 071,25							2 071,25	
340-Comércio e turismo	284 304,16							284 304,16	
341-Mercados e feiras	215 237,33							215 237,33	
342-Turismo	538 538,57							538 538,57	
4 Outras Funções	6 041 084,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 041 084,04	3,79%
420-Transferências entre administrações	5 815 361,80							5 815 361,80	
430-Diversas não especificadas	225 722,24							225 722,24	
Total	121 043 320,26	19 626 555,66	31 631 723,18	758 521,03	443 080,25	26 250,00	-14 251 628,24	159 277 822,13	100,00%

Nos Rendimentos é a Função Geral a que maior peso assume, representando 51 %, onde se incluem Impostos, Taxas e Fundos (com exceção do Fundo Social Municipal).

Nas Funções Sociais, o maior peso vai para os rendimentos de Serviços auxiliares de ensino, onde se encontram refletidos os rendimentos provenientes das transferências de competências no domínio da educação, materializadas no Decreto-Lei nº21/19, de 30 de janeiro, bem como o Fundo Social Municipal. Também nas Funções Sociais assumem grande relevância as atividades de Abastecimento de Água e Saneamento. No total estas funções representam 37 % do total dos rendimentos do Município, seguindo-se as Funções Económicas com 8 %, onde o maior peso é dos Transportes Rodoviários e dos rendimentos provenientes da Renda de concessão paga pela E_REDES Distribuição de Energia, SA, ao Município de Coimbra.

A análise gráfica ilustra como são gerados os rendimentos, dentro do Grupo Municipal acima identificado.



Nos mapas apresentados as colunas das Eliminações refletem as operações internas entre as Entidades do Grupo Municipal.

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Município de Coimbra

Prestação de Contas Consolidada 2023

Município de Coimbra							
Demonstração consolidada do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2023							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2023	2022	Rubrica	PAGAMENTOS	2023	2022
	Saldo da gerência anterior	12 438 667,64 €	16 989 942,68 €				
R101	Operações Orçamentais [1]	5 709 155,72 €	11 102 557,10 €				
R102	Devolução do saldo oper. Orçamentais	- €	- €				
R103	Operações de tesouraria [A]	6 729 511,92 €	5 887 385,58 €				
R104	Recebim saldo devolv por terceiras entid	- €	- €				
	Receita corrente	135 352 886,32 €	114 122 362,81 €		Despesa corrente	114 678 874,87 €	100 298 157,62 €
R1	Receita Fiscal	54 650 872,64 €	52 903 798,87 €	D1	Despesas com o pessoal	57 682 650,35 €	51 558 219,37 €
R1.1	Impostos diretos	54 650 872,64 €	52 903 798,87 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	42 059 456,39 €	37 530 704,95 €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 584 971,34 €	3 216 090,83 €
R2	Contrib p/ sist. Prot. social e subsist. saúde	- €	- €	D1.3	Segurança Social	12 038 222,62 €	10 811 423,59 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	6 908 956,45 €	4 261 933,04 €	D2	Aquisição de bens e serviços	43 310 972,26 €	37 597 332,85 €
R4	Rendimentos de propriedade	5 020 524,80 €	4 013 714,45 €	D3	Juros e outros encargos	1 489 032,50 €	175 040,05 €
R5	Transferências e subsídios correntes	50 226 714,17 €	40 013 822,77 €	D4	Transferências e subsídios correntes	11 904 773,21 €	10 355 065,64 €
R5.1	Transferências correntes	49 708 308,99 €	40 013 822,77 €	D4.1	Transferências correntes	11 664 773,21 €	10 355 065,64 €
R5.1.1	Administrações Públicas	49 645 523,06 €	39 430 402,69 €	D4.1.1	Administrações Públicas	5 681 681,06 €	6 303 303,33 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	40 493 943,06 €	36 286 363,03 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	997 390,98 €	1 843 898,32 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	513 542,09 €	722 847,74 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	30 923,40 €	25 267,80 €	D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R5.1.1.5	Administração Local	8 607 114,51 €	2 395 924,12 €	D4.1.1.5	Administração Local	4 684 290,08 €	4 459 405,01 €
R5.1.2	Exterior - U E	- €	583 420,08 €	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	4 102 106,24 €	3 761 976,28 €
R5.1.3	Outras	62 785,93 €	- €	D4.1.3	Famílias	395 770,45 €	279 675,33 €
R5.2	Subsídios correntes	518 405,18 €	- €	D4.1.4	Outras	1 485 215,46 €	10 110,70 €
R6	Venda de bens e serviços	17 127 677,13 €	11 179 049,78 €	D4.2	Subsídios correntes	240 000,00 €	- €
R7	Outras receitas correntes	1 418 141,13 €	1 750 043,90 €	D5	Outras despesas correntes	283 446,55 €	612 499,71 €
	Receita de capital	25 161 400,33 €	12 378 363,65 €		Despesa de capital	39 509 578,77 €	29 992 376,16 €
R8	Venda de bens de investimento	202 323,59 €	257 495,25 €	D6	Aquisição de bens de capital	37 969 269,46 €	28 401 493,41 €
R9	Transferências e subsídios de capital	24 787 860,69 €	11 724 618,98 €	D7	Transferência e subsídios de capital	1 386 616,71 €	1 589 962,60 €
R9.1	Transferências de capital	24 787 860,69 €	11 724 618,98 €	D7.1	Transferências de capital	1 386 616,71 €	1 589 962,60 €
R9.1.1	Administrações Públicas	24 488 389,72 €	11 724 618,98 €	D7.1.1	Administrações Públicas	1 214 179,02 €	1 335 979,77 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	24 488 389,72 €	11 707 168,98 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	176 500,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	17 450,00 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	D7.1.1.5	Administração Local	1 214 179,02 €	1 159 479,77 €
R9.1.2	Exterior - U E	- €	- €	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	172 437,69 €	253 982,83 €
R9.1.3	Outras	299 470,97 €	- €	D7.1.3	Famílias	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €	D7.1.4	Outras	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	171 216,05 €	396 249,42 €	D7.2	Subsídios de capital	- €	- €
R11	Reposições não abatidas em pagamento	147 918,28 €	79 039,70 €	D8	Outras despesas de capital	153 692,60 €	920,15 €
	Receita efetiva [2]	160 662 204,93 €	126 579 766,16 €		Despesa efetiva [5]	154 188 453,64 €	130 290 533,78 €
R12	Receita não efetiva (3)	9 364 674,99 €	1 937 504,11 €	D9	Despesa não efetiva (6)	3 711 004,13 €	3 627 774,59 €
R13	Receita com ativos financeiros	11 645,32 €	17 411,68 €	D10	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	175 736 035,64 €	139 619 827,37 €		Soma [7] = [5] + [6]	157 899 457,77 €	133 918 308,37 €
ROT	Operações de tesouraria [B]	2 711 566,36 €	2 117 311,84 €		Operações de tesouraria [C]	3 251 063,19 €	1 111 301,87 €
					Saldo para a gerência seguinte	24 026 592,96 €	12 899 886,55 €
					Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	17 836 577,87 €	5 701 519,00 €
					Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]	6 190 015,09 €	7 138 367,55 €
					Saldo global [2] - [5]	6 473 751,29 €	3 710 767,62 €
					Despesa primária	152 691 421,14 €	130 115 493,79 €
					Saldo corrente	20 674 011,45 €	13 824 205,11 €
					Saldo de capital	14 348 178,44 €	17 614 012,51 €
					Saldo primário	7 970 783,79 €	3 535 727,57 €
					Receita total [1] + [2] + [3]	175 736 035,64 €	139 619 827,37 €
					Despesa total [5] + [6]	157 899 457,77 €	133 918 308,37 €

O Órgão Executivo

Em 14 de Junho de 2024

Car Manuel Silva

O Órgão Deliberativo

Em 27 de Junho de 2024

Luís António

[Handwritten signatures and notes]

Luís António

República

Anat.

Município de Coimbra
 Prestação de Contas Consolidada 2023

Município de Coimbra							
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza em 31 de Dezembro de 2023							
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	31/12/2023	31/12/2022	Rubrica	OBRIGAÇÕES	31/12/2023	31/12/2022
R1	Receita corrente	5 825 445,81 €	10 196 872,68 €	D1	Despesa corrente	1 647 327,85 €	1 709 732,52 €
R1.1	Receita Fiscal	- €	- €	D1.1	Despesas com o pessoal	609 657,42 €	565 835,54 €
R1.2	Impostos diretos	- €	- €	D1.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	562 631,89 €	512 193,59 €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	45 650,55 €	42 777,41 €
R2	Contrib p/ sistemas proteção social e subs	- €	- €	D1.3	Segurança Social	1 374,98 €	10 864,54 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 651 895,61 €	3 342 535,67 €	D2	Aquisição de bens e serviços	860 501,64 €	684 893,11 €
R4	Rendimentos de propriedade	310 484,02 €	288 010,93 €	D3	Juros e outros encargos	- €	- €
R5	Transferências e subsídios correntes	- €	- €	D4	Transferências e subsídios correntes	136 443,55 €	325 076,96 €
R5.1	Transferências correntes	- €	- €	D4.1	Transferências correntes	136 443,55 €	325 076,96 €
R5.1.1	Administrações Públicas	- €	- €	D4.1.1	Administrações Públicas	64 057,33 €	100,00 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	- €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	63 957,33 €	- €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R5.1.1.5	Administração Local	- €	- €	D4.1.1.5	Administração Local	100,00 €	100,00 €
R5.1.2	Exterior - U E	- €	- €	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	63 238,71 €	320 577,24 €
R5.1.3	Outras	- €	- €	D4.1.3	Famílias	9 147,51 €	4 399,77 €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €	D4.1.4	Outras	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	2 438 510,43 €	6 132 939,10 €	D4.2	Subsídios correntes	- €	- €
R7	Outras receitas correntes	424 555,75 €	433 386,98 €	D5	Outras despesas correntes	40 697,95 €	133 926,91 €
R8	Receita de capital	787 704,69 €	573 466,00 €	D6	Despesa de capital	990 221,43 €	357 203,40 €
R9	Venda de bens de investimento	184 353,12 €	- €	D6.1	Aquisição de bens de capital	958 721,43 €	323 203,40 €
R9.1	Transferências e subsídios de capital	143 388,55 €	145 300,23 €	D7	Transferência e subsídios de capital	31 500,00 €	34 000,00 €
R9.1.1	Transferências de capital	143 388,55 €	145 300,23 €	D7.1	Transferências de capital	31 500,00 €	34 000,00 €
R9.1.1.1	Administrações Públicas	143 388,55 €	145 300,23 €	D7.1.1	Administrações Públicas	- €	- €
R9.1.1.1.1	Administração Central - Estado Português	11 689,20 €	11 689,20 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	- €
R9.1.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	131 699,35 €	133 611,03 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	D7.1.1.5	Administração Local	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U E	- €	- €	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	31 500,00 €	34 000,00 €
R9.1.3	Outras	- €	- €	D7.1.3	Famílias	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €	D7.1.4	Outras	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	459 963,02 €	428 165,77 €	D7.2	Subsídios de capital	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	D8	Outras despesas de capital	- €	- €
	Receita efetiva [2]	6 613 150,50 €	10 770 338,68 €		Despesa efetiva [5]	1 637 549,28 €	2 066 935,92 €
	Receita não efetiva [3]	- €	- €		Despesa não efetiva [6]	- €	- €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €	D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	D10	Despesa com passivos financeiros	- €	- €
	Receita total [4]=1+2+3	6 613 150,50 €	10 770 338,68 €		Despesa Total [7]=5+6	2 637 549,28 €	2 066 935,92 €

O Órgão Executivo
 Em 14 de julho de 2024
 João Manuel Silva

O Órgão Deliberativo
 Em 27 de Junho de 2024
 António

Handwritten signatures and notes in blue ink, including names like "João Manuel Silva", "José", "Dona", "Kapur", and "R.". There are also some initials and a date "14/07/2024".

Handwritten signature in blue ink, possibly "António", with the word "Oceano" written above it.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Município de Coimbra
Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2023

Valores em €			
RUBRICAS	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	726 793 590,38 €	701 482 610,70 €
Propriedades de investimento	8	4 224 903,99 €	4 318 927,15 €
Ativos intangíveis	3	10 738 186,61 €	10 690 226,11 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras		11 525 780,69 €	11 525 754,93 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		398 842,07 €	410 844,81 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos por impostos diferidos		143 373,72 €	551 783,11 €
Clientes, contribuintes e utentes		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		0,00 €	0,00 €
		753 824 677,46 €	728 980 146,81 €
Ativo corrente			
Inventários	10	2 220 205,10 €	1 614 100,50 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		305 828,58 €	217 082,66 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		11 645,32 €	17 490,24 €
Clientes, contribuintes e utentes	23.2	3 942 957,60 €	3 938 412,14 €
Estado e outros entes públicos	23.1	2 966 399,24 €	1 675 025,08 €
Acionistas/sócios/associados		249 378,96 €	259 234,58 €
Outras contas a receber	23.3	31 855 595,10 €	37 341 933,74 €
Diferimentos		556 914,27 €	323 376,69 €
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos não correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	1.3	26 549 855,33 €	17 325 398,62 €
		68 658 779,50 €	62 712 054,25 €
Total do Ativo		822 483 456,96 €	791 692 201,06 €

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		375 997 924,91 €	375 966 784,91 €
Ações (quotas) próprias		0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão		0,00 €	0,00 €
Reservas legais		17 819 926,27 €	17 723 751,71 €
Outras reservas		7 176 400,58 €	7 176 400,88 €
Resultados transitados		88 843 141,01 €	84 464 006,46 €
Ajustamentos em ativos financeiros		4 829,76 €	4 829,76 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no Património Líquido		181 587 421,08 €	173 348 521,30 €
Resultado líquido do período		-14 039 907,80 €	5 146 585,62 €
Dividendos antecipados		0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam		179 209,74 €	132 590,04 €
Total do Património Líquido		657 568 945,55 €	663 963 470,68 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	17 828 597,23 €	2 128 073,73 €
Financiamentos obtidos	7	25 103 842,84 €	26 726 025,40 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		70 736 406,35 €	56 428 505,39 €
Passivos por impostos diferidos		898 617,79 €	980 863,00 €
Fornecedores		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar		5 015 320,77 €	4 783 412,31 €
		119 582 784,98 €	91 046 879,83 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		166 780,83 €	354 507,24 €
Fornecedores	23.4	11 730 777,91 €	10 699 366,95 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		253 291,79 €	220 448,84 €
Estado e outros entes públicos	23.1	1 594 511,63 €	1 916 395,44 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	7	11 078 459,12 €	4 558 107,54 €
Fornecedores de investimentos	23.4	1 597 773,52 €	1 323 124,51 €
Outras contas a pagar	23.5	16 423 894,70 €	15 679 439,02 €
Diferimentos		2 486 236,93 €	1 878 155,91 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	52 305,10 €
		45 331 726,43 €	36 681 850,55 €
Total do Passivo		164 914 511,41 €	127 728 730,38 €
Total do Património Líquido e Passivo		822 483 456,96 €	791 692 201,06 €

O Órgão Executivo

Em 14 de junho de 2024

[Assinatura]

O Órgão Deliberativo

Em 27 de junho de 2024

[Assinatura]

aux. obs

[Assinatura]

[Assinatura]

52 / 102

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Município de Coimbra
 Prestação de Contas Consolidada 2023

Município de Coimbra
Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de Dezembro de 2023

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas		59 711 539,07 €	59 863 521,53 €
Vendas		10 534 722,53 €	9 655 233,91 €
Prestações de serviços e concessões		30 999 544,64 €	28 720 527,73 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		316 884,44 €	0,44 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		47 796 830,38 €	40 531 013,26 €
Variações nos inventários da produção		-576 074,87 €	24 975,14 €
Trabalhos para a própria entidade		68 699,70 €	78 378,54 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-10 587 951,18 €	-11 552 749,36 €
Fornecimentos e serviços externos	23.6	-46 818 900,46 €	-41 521 152,15 €
Gastos com pessoal	23.7	-66 359 019,04 €	-59 343 931,49 €
Transferências e subsídios concedidos	23.8	-13 578 408,78 €	-11 828 229,42 €
Prestações sociais		0,00 €	0,00 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00 €	24 299,85 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		233 666,48 €	-485 740,65 €
Provisões (aumentos/reduções)		-15 724 940,17 €	-322 097,51 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		10 643 525,02 €	10 771 522,39 €
Outros gastos		-2 175 421,45 €	-2 175 993,54 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 484 696,31 €	22 439 578,67 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-16 368 372,92 €	-16 297 754,34 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-11 883 676,61 €	6 141 824,33 €
Juros e rendimentos similares obtidos		160 250,10 €	129 961,32 €
Juros e gastos similares suportados		-1 681 937,54 €	-550 597,15 €
Resultados antes de impostos		-13 405 364,05 €	5 721 188,50 €
Imposto sobre o rendimento		-627 987,01 €	-613 590,40 €
Resultado líquido do período		-14 033 351,06 €	5 107 598,10 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		-6 556,74 €	38 987,52 €
		-14 039 907,80 €	5 146 585,62 €

O Órgão Executivo
 Em 14 de Junho de 2024
 José Manuel Silva

O Órgão Deliberativo
 Em 27 de Junho de 2024
 António

Luís
 António
 Rui

Luís
 António

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Município de Coimbra			
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2023			
Valores em €			
Rubricas	Notas	Períodos	
		2023	2022
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		42 828 954,45 €	33 777 018,78 €
Recebimentos de contribuintes		61 130 258,27 €	53 462 339,12 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		49 495 523,07 €	39 412 214,99 €
Recebimentos de utentes		5 365 645,65 €	5 083 971,49 €
Pagamentos a fornecedores		- 58 241 383,25 €	- 51 668 343,07 €
Pagamentos ao pessoal		- 44 245 176,42 €	- 39 306 020,41 €
Pagamentos a contribuintes / Utes		- €	- €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 12 974 478,82 €	- 11 620 450,71 €
Pagamentos de prestações sociais		- €	- €
Caixa gerada pelas operações		43 359 342,95 €	29 140 730,19 €
Recebimento/pagamento do imposto sobre o rendimento		- 256 121,76 €	31 080,09 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 25 165 814,08 €	34 981 208,90 €
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		17 937 407,11 €	5 809 398,62 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 42 748 203,99 €	- 11 126 651,27 €
Ativos intangíveis		- 28 832,10 €	- 254 526,65 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		- €	- €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		203 398,59 €	598 921,34 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Propriedades de investimento		4 491 406,61 €	3 954 366,57 €
Investimentos financeiros		11 645,32 €	17 411,68 €
Outros ativos		- €	- €
Subsídios ao investimento		6 697 044,24 €	1 515 791,84 €
Transferências de capital		18 560 025,45 €	10 345 095,44 €
Juros e rendimentos similares		97 055,36 €	48 674,24 €
Dividendos		432 062,83 €	9 972,54 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento (b)		- 12 284 397,69 €	5 109 055,73 €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		9 353 029,67 €	1 920 092,43 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		62 786,41 €	- €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		150 000,00 €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 4 451 646,02 €	- 3 471 938,97 €
Juros e gastos similares		- 1 542 722,77 €	- 168 522,01 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento (c)		3 571 447,29 €	1 720 368,55 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		9 224 456,71 €	2 420 711,44 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		17 325 398,62 €	19 746 110,06 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		26 549 855,33 €	17 325 398,62 €

Município de Coimbra
 Prestação de Contas Consolidada 2023

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		2023	2022
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE			
Caixa e seus equivalentes no início do período		17 325 398,62	19 746 110,06
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= saldo da gerência anterior		17 325 398,62	19 746 110,06
De execução orçamental		10 603 456,69	13 858 724,48
De operações de tesouraria		6 721 941,93	5 887 385,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período		26 549 855,33	17 325 398,62
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
=saldo para a gerência seguinte	1.3	26 549 855,33	17 325 398,62
De execução orçamental		20 359 981,27	10 603 456,69
De operações de tesouraria		6 189 874,06	6 721 941,93

O Órgão Executivo
 Em 14 de Junho de 2024
 José Manuel Silva

O Órgão Deliberativo
 Em 27 de Junho de 2024
 Luís Henriques

Out. Aut.
 Rui Patrício
 José Dias
 Rui F.
 Rui Raposo
 55 / 102

Coimbra
 João Lourenço
 D. M.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Descrição	Município de Coimbra													
	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período (1)	(1)	375 966 784,91	0,00	0,00	0,00	24 900 152,75	84 464 006,52	4 829,76	0,00	173 348 521,78	5 146 584,36	663 830 880,08	132 590,04	663 963 470,12
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		31 140,00	0,00	0,00	0,00	96 174,10	4 323 418,12	0,00	0,00	2 410 605,36	-5 146 584,36	1 714 754,22	46 619,70	1 761 373,92
Total	(2)	31 140,00	0,00	0,00	0,00	96 174,10	4 323 418,12	0,00	0,00	8 238 895,36	-5 146 584,36	7 543 047,16	46 619,70	7 589 668,86
Resultado Líquido do Período (4)=(2)+(3)	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-14 039 907,80	-14 039 907,80	0,00	-14 039 907,80
Resultado Integral	(4)	31 140,00	0,00	0,00	0,00	96 174,10	4 323 418,12	0,00	0,00	8 238 895,36	-15 186 492,16	-6 496 860,64	46 619,70	-6 450 240,94
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrição de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anulação do Resultado Líquido	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
posição fim período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	(6)	375 997 924,91	0,00	0,00	0,00	24 996 326,85	88 843 141,01	4 829,76	0,00	181 567 421,08	-14 039 907,80	657 389 745,81	179 209,74	657 568 945,55

**Anexo às Demonstrações Financeiras
Consolidadas**

Nota 1 – Identificação do grupo, período de relato e referencial contabilístico

1.1 — Identificação do grupo autárquico

Identificação das entidades que compõem o grupo autárquico:

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs.
					Direto	Indireto	
Município de Coimbra	Praça 8 de Maio, 3000-300 Coimbra	Serviços aos municípios					a)
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Guarda Inglesa, 3041-951 Coimbra	Prestar serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho, garantindo uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiem a opção do uso do transporte coletivo.	N/A	N/A	100,00%		b)
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Rua da Alegria 101, 3000-018 Coimbra	Assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.	40 000 000,00	39 140 176,00	100,00%		b)
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	Rua Casa Branca 41, 3030-185 Coimbra	Promover e gerir equipamentos coletivos, prestar serviços na área da educação, qualificação e formação profissional, incluindo a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação, tendo em vista o desenvolvimento social.	50 000,00	48 300,00	100,00%		b)
COIMBRA I PARQUE - P. Inv. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	3040 Antanhol - Coimbra	Ecossistema empresarial de desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.	2 616 380,00	2 423 979,00	92,65%		b)
RUAS - Associação Univer(SC)idade	Reitoria da Universidade de Coimbra, Paço das Escolas, 3004-531 Coimbra	Salvaguardar, promover e gerir as áreas candidatas e de proteção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO; Salvaguardar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO; Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da atividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto; Disponibilizar aos associados e demais interessados informação atualizada sobre linhas de financiamento para projetos; Representar o Bem classificado nas instituições nacionais e internacionais.	150 000,00	75 000,00	50,00%		b)

Notas:

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o estabelecido na Lei das Finanças Locais
b) Entidade controlada pelo Município de Coimbra

1.2 — Referencial contabilístico e métodos de consolidação aplicados

O artigo 7º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental constituído, no caso da Administração Local, pelas entidades incluídas neste subsector nas últimas contas sectoriais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística;
- Perímetro de consolidação de natureza financeira constituído pelo grupo público, aferido através dos critérios de presunção de controlo previstos nos nºs 4 e 5 do artigo 75º do RFALEI.

Neste sentido, na prestação de contas consolidadas, os mapas orçamentais são apresentados com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.

O referencial contabilístico de suporte à preparação das demonstrações financeiras individuais das entidades que compõem o perímetro de controlo e o enquadramento no artigo 75º do RFALEI no que se refere à aferição dos critérios de controlo são os abaixo mencionados:

Entidade	Natureza da Entidade	Enquadramento no artigo nº 75º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 66/2020, de 04 de novembro	% do Capital Detido	Método de consolidação	Referencial Contabilístico
Município de Coimbra	Autarquia Local	Conforme disposto no nº2	Entidade-mãe	-----	SNC-AP
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Serviço Municipalizado	Conforme disposto no nº4	100,00%	Simplex Agregação	SNC-AP
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	100,00%	Integral	SNC
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	100,00%	Integral	SNC-AP
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	92,65%	Integral	SNC-AP
RUAS - Associação Univer(SC)idade	Associação de Direito Privado	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	50,00%	Integral	SNC

O perímetro de consolidação orçamental está restringido às administrações públicas (entidades que compõem os subsectores da Administração Central, Segurança Social, Administração Local e Regiões Autónomas) reclassificadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

Neste pressuposto, a entidade AC Águas de Coimbra, EM, por não constar da lista publicada pelo INE em março de 2024, não integra o perímetro das demonstrações orçamentais consolidadas em 2023.

O artigo 3º do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro define que “o SNC-AP (se) aplica... a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa... e às entidades públicas reclassificadas”, ou seja, às entidades constantes das tabelas “Entidades do setor institucional das administrações públicas publicadas anualmente pelo INE e que por esse motivo integram o perímetro orçamental.

Por a RUAS não ter aplicado o SNC-AP, o mapa de desempenho orçamental desta entidade foi construído a partir dos mapas financeiros, não tendo sido possível construir os mapas dos direitos e obrigações.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o SNC-AP e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.

A Consolidação de Contas é um processo que se desenvolve extra-contabilisticamente e que consiste em agregar as contas da entidade mãe (o Município) com as suas participadas, de modo que as contas representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar apenas os resultados das operações que as entidades do grupo tiverem com terceiros.

As contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra foram consolidadas pelo método da simples agregação que se traduz na soma, linha por linha, dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades do grupo, após eliminação das operações de transferências e subsídio realizadas entre entidades. A entidade-mãe exerce controlo sobre aquela entidade, nos termos definidos na lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

As entidades A.C. Águas de Coimbra, E.M., PRODESO – Ensino Profissional, Lda., Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A. e RUAS – Associação Univer(SC)idade foram consolidadas pelo método (de consolidação) integral que consiste na integração do balanço e da demonstração de resultados das entidades consolidadas evidenciando, quando aplicável, os direitos de terceiros, designados por “interesses que não controlam”.

1.3 — Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e seus equivalentes são considerados os valores em numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes, no dia 31 de dezembro de 2023 e de 2022, têm a seguinte composição:

Unid.: euro

Contas	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	38 053,11	41 079,88
Depósitos à ordem	4 926 490,34	10 660 037,63
Depósitos a prazo	13 925 840,63	3 000 533,88
Outros Depósitos	0,00	1 001 123,30
Depósitos consignados	6 282 648,34	488 037,88
Depósitos de garantias e cauções	1 376 822,91	2 134 586,25
Total	26 549 855,33	17 325 398,62

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base os pressupostos das entidades em continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados em euros. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Propriedades de Investimento, Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis

Os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição.

No que se refere aos bens cujo valor de aquisição ou de produção se desconhecia, considerou-se como valor de aquisição o valor resultante de avaliação e, em alguns casos, o valor atribuído pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

O valor da avaliação foi considerado, também, para os bens obtidos a título gratuito.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo de aquisição (deduzidas das perdas por imparidade, caso se aplique).

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, e foram calculadas pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos. As respetivas taxas anuais são as definidas no Classificador Complementar 2.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente e o método de custeio das saídas de armazém é o do custo médio.

Nos casos em que o valor realizável líquido desses bens é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

Clientes e outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhes estejam associadas. São registadas imparidades em dívidas a receber quando existam indicadores objetivos de que a entidade não irá receber os montantes que lhe são devidos.

Caixa e depósitos

A caixa e depósitos englobam o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, altamente líquidos, ou seja, imediatamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

De acordo as disposições da norma de contabilidade pública n.º 15 (NCP 15) do SNC-AP, as provisões devem ser reconhecidas quando, cumulativamente:

- (a) Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;*
- (b) É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;*
- (c) Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.*

Para a situação referida em (b), a NCP 5 esclarece que um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é tido como provável se a probabilidade do acontecimento ocorrer for maior do que a probabilidade de não ocorrer.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações ocorrem. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são registados por valores estimados.

Transações sem contraprestação

Conforme decorre da NCP 14, que preconiza o tratamento dos rendimentos sem contraprestação, "o rendimento de transações sem contraprestação, deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Uma entidade deverá reconhecer um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento".

Nas transferências para financiamento da aquisição ou construção de bens de investimento, o cumprimento material das condições pode ocorrer quando estes se encontrem finalizados e disponíveis para utilização nos fins previstos, de acordo com os requisitos definidos no instrumento de financiamento.

Nestas circunstâncias, este será o momento em que deverá ser reconhecido o rendimento (como incremento de património líquido), saldando o passivo associado à condição (conta de rendimentos a reconhecer), conforme previsto no PCM e nas notas explicativas da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Transações com contraprestação

O tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações com contraprestação está descrito na NCP 13 - Rendimentos de transações com contraprestação. Deve ser reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros, ou potencial de serviço e esses benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Esta norma é aplicada na contabilização do rendimento proveniente das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

- a) Taxas, multas e outras penalidades;
- b) Prestação de serviços;
- c) Venda de bens;
- d) Uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares.

O rendimento deve ser mesurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

2.2 - Erros materiais de períodos anteriores

A entidade Coimbra IPArque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A procedeu no exercício de 2023 ao desreconhecimento do custo de terrenos no montante total de 702.737,90 €, os quais por serem de domínio público se encontravam indevidamente registados como ativo nas contas da referida entidade. O referido desreconhecimento foi enquadrado como um erro, tendo por esse motivo sido reexpressos os comparativos do exercício de 2022, nas rubricas de ativos fixos tangíveis e resultados transitados pelo montante referido. Procederam-se nas presentes contas aos necessários ajustamentos.

Nota 3 - Ativos intangíveis

No ano económico de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados assim como nas respetivas depreciações acumuladas, encontra-se no quadro seguinte:

Unid.: euro

Contas	Consolidado							
	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	820 603,67	0,00	0,00	820 603,67	820 603,67	0,00	0,00	820 603,67
Projetos de Desenvolvimento	708,14	0,00	0,00	708,14	708,14	0,00	0,00	708,14
Programas de computador e sistema	6 293 963,62	6 008 840,97	40 000,00	245 122,65	6 322 168,73	6 107 937,93	40 000,00	174 230,80
Propriedade industrial e intelectual	11 694 748,40	3 015 995,98	0,00	8 678 752,42	11 695 030,16	3 186 135,87	0,00	8 508 894,29
Outros ativos intangíveis	955 600,00	30 993,73	0,00	924 606,27	1 270 600,00	53 255,77	0,00	1 217 344,23
Ativos intangíveis em curso	20 432,96	0,00	0,00	20 432,96	16 405,48	0,00	0,00	16 405,48
Total	19 786 056,79	9 055 830,68	40 000,00	10 690 226,11	20 125 516,18	9 347 329,57	40 000,00	10 738 186,61

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com os elementos fundamentais. Estes contratos referem-se apenas ao Município de Coimbra e não implicam qualquer pagamento, havendo lugar a recebimentos.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Coimbra	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Terrenos	20 anos, renováveis por iguais períodos				
Concepção, Construção e Concessão do Complexo Funerário Municipal de Coimbra	Ambinecro Coimbra - Crematórios, SA	Complexo Funerário	30 anos	5% faturação (até 10 anos); 6% faturação (11 a 20 anos); 7% faturação (21 a 30 anos); mínimo 100€/mês			
Atribuição de direito de exploração de espaço para creche com berçário e infantilão	Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra	Edifício	15 anos	Renda mensal de 410€, atualizada em janeiro, de acordo com inflação no ano anterior			
Concessão da Exploração do Parque Municipal de Campismo de Coimbra	Catarino & Associados - Gestão e Empreendimentos Turísticos, SA	Parque de Campismo	10 anos, renovável por períodos de 5 anos	10% receitas totais			

De acordo com a NCP4, devem ser identificados e avaliados os acordos de concessão enquadráveis na referida norma, nos seus termos e impactos patrimoniais, para serem objeto de reconhecimento contabilístico, durante um período de transição considerado. Apesar de identificados, não foi ainda possível quantificar/identificar e confirmar junto de alguns dos concessionários os acordos/ativos das concessões, nos termos da norma.

a) Relativamente ao Acordo de Concessão com EDP Distribuição – Energia, S.A, informamos o seguinte:

A 03/07/2001 a Câmara Municipal de Coimbra, renovou o “Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão” com a EDP Distribuição – Energia, S.A., concedendo a esta entidade a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área do Município de Coimbra.

A distribuição concedida, não abrange nem prejudica as instalações particulares devidamente autorizadas, que sejam ou venham a ser alimentadas por energia elétrica proveniente de produção própria.

O património e infraestruturas afetos à concessão não poderão ser utilizados pela EDP Distribuição em atividades diferentes daquelas que constituem objeto da concessão, sem que haja sido acordado entre as partes o valor da compensação devida à Câmara.

Esta concessão implica a transferência para a EDP distribuição, do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

Fazem parte integrante da concessão as seguintes instalações:

- a) As redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e acessórios ligados à sua exploração, que à data do início da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição;
- b) Os postos de transformação alimentadores das redes referidas na alínea anterior;
- c) Os postos de transformação e os direitos sobre os locais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, construídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimentos das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido participado ou suportado por quaisquer entidades.

Mantem-se propriedade da Câmara o património não transferido para a EDP, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 20/07/1998, ficando simplesmente afeto à exploração por esta.

O património referido no ponto anterior, bem como aquele outro correspondente às participações recebidas pela EDP Distribuição, reverterá para a Câmara no final da concessão sem qualquer encargo para esta.

A concessão é feita pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 344-B/82 de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro:

"Art. 3.º - 1 - Os contratos de concessão entre os municípios e as entidades referidas ... serão celebrados pelo prazo de 20 anos, renováveis por iguais períodos, e a sua denúncia, no termo do prazo ou das suas prorrogações, deverá ser manifestada com uma antecedência mínima de dois anos."

O resgate da concessão obedecerá ao disposto no nº 2 do artigo 3º do decreto-lei referido anteriormente:

"O resgate contratual da concessão não poderá ser feito antes de decorridos cinco anos da sua vigência e deve ser notificado com a antecedência mínima de dois anos."

A transferência do património próprio da EDP Distribuição para a Câmara no termo da concessão far-se-á de acordo com o estabelecido no artigo 7º do decreto-lei a que se refere o parágrafo anterior.

"Art. 7.º - 1 - Quando tenha lugar a denúncia da concessão, a indemnização a pagar pelo concedente compreenderá apenas o valor líquido do património próprio das entidades concessionárias referidas nos n.os. 3 e 4 do artigo 1.º afecto à exploração."

A 03/02/2021 a EDP comunicou ao Município de Coimbra a alteração da sua denominação social (nome), mudando de EDP Distribuição - Energia, S.A. para E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A..

Conforme estipulado no nº 2 do art.º 23º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os municípios dispõem de atribuições no domínio da energia (al. b). Estas atribuições podem ser delegadas em serviços municipalizados, empresas do setor empresarial local (SEL) e do setor empresarial do estado (SEE) ou no Estado ou concessionem os serviços.

A distribuição de energia elétrica em baixa tensão é realizada maioritariamente pela E-Redes através de protocolo de concessão celebrado entre esta e cada um dos municípios.

De forma a obter a informação para cumprimento das regras atrás referidas, o Município de Coimbra, enviou um pedido de informação à E-REDES, de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão. Em resposta ao pedido enviado, a E-REDES remeteu ao Município o mapa abaixo, indicando que o valor líquido do património da concessão, era cerca de 17 milhões de euros.

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Quadro Concessões BT - Valor Líquido Contabilístico dos Imobilizados

Unid.: euro

Rubricas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Imobilizado Tangível Regulado	0	0	0
Imobilizado Intangível Regulado	65 706 859	48 659 175	17 047 685
Imobilizado Intangível Regulado aceite	52 688 520	37 853 619	14 834 901
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	13 018 339	10 805 555	2 212 784
Específico em BT	65 706 859	48 659 175	17 047 685
Postos Transformação e Seccionamento	15 591 774	11 372 869	4 218 905
Redes aéreas	10 678 284	7 194 920	3 483 364
Redes subterrâneas	8 007 022	5 382 287	2 624 734
Chegadas aéreas	4 678 863	4 482 197	196 667
Chegadas subterrâneas	2 364 788	1 975 289	389 499
Contadores e acessórios:	12 149 954	11 779 659	370 295
- Contadores	8 993 062	8 904 453	88 609
- Outro equipamento	3 156 891	2 875 205	281 686
Equipamentos Acessórios e Outros	6 300	945	5 355
Iluminação pública	8 201 659	4 567 190	3 634 469
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2014):	3 479	3 253	226
- Outras Funcionalidades	2 939	2 716	223
- Função Medição	540	537	3
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015)	4 024 737	1 900 565	2 124 172
Outro Específico não aceite em BT ¹ :	0	0	0
- Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	0	0	0
- Redes Aéreas (não aceite)	0	0	0
- Redes Subterrâneas (não aceite)	0	0	0
- Chegadas Aéreas (não aceite)	0	0	0
- Chegadas Subterrâneas (não aceite)	0	0	0
- Outro equipamento de medição (não aceite)	0	0	0
- Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	0	0	0
- Iluminação pública (não aceite)	0	0	0
Total específico em BT aceite	52 688 520	37 853 619	14 834 901
Total específico em BT não aceite	13 018 339	10 805 555	2 212 784
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	65 706 859	48 659 175	17 047 685
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	65 706 859	48 659 175	17 047 685

1: para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.20.

De acordo com parecer emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, *“tratando-se de uma concessão a reconhecer nos termos da NCP 4, é necessário que o concedente detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos e respetivos subsídios, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis.”*

Tendo em conta a impossibilidade do Município, até ao encerramento das contas de 2023 efetuar uma verificação dos bens descritos no mapa da E-REDES (quantidades e localização) assim como validar os valores apresentados, e estando também em falta a informação do valor do património adquirido pelo Município, ao dispor da concessão, foi decidido não se efetuar qualquer registo ao abrigo da NCP 4, em 2023, pelo facto de não ser possível validar os valores apresentados pela E-REDES.

b) Relativamente à concessão e construção do Complexo Funerário Municipal de Coimbra, informamos o seguinte:

A 27/09/2012 foi assinado entre o Município de Coimbra e as empresas Tomás de Oliveira, Empreiteiros, SA e Toelta – Gestão de Investimentos e Concessões, SA, em Consórcio, o Contrato de “Concepção, Construção e Concessão de Exploração do Complexo Funerário de Coimbra”.

Este contrato tem por objeto a exploração, gestão, manutenção e conservação do Complexo Funerário de Coimbra.

No ano 2016, terminado o período de construção e dando-se início ao período de funcionamento, o agrupamento adjudicatário constituiu a sociedade anónima “Ambinecro Coimbra, Crematórios, S. A.”

O período de vigência do contrato de concessão é de 30 anos. Este prazo é contado a partir da data de início do “período de funcionamento” da concessão (24/05/2016).

A estrutura de tarifário é constituída por uma componente (variável) a aplicar a cada tipo de serviço prestado. Para os novos serviços a prestar pela concessionária, as taxas e ou tarifas a praticar pelo concessionário terão de merecer sempre parecer favorável da Câmara Municipal de Coimbra, sendo este parecer vinculativo.

Com exceção das taxas de cremação, os valores recebidos serão atualizados anualmente com base na variação do IPC verificada no ano anterior, com referência a um de janeiro.

Os bens afetos à concessão serão os seguintes:

1. Todas as infraestruturas, instalações, equipamentos e edificações, assim como todos os bens que vierem a ser adquiridos, desde que diretamente relacionados com a exploração dos serviços concessionados;
2. Todas as máquinas, equipamentos, aparelhos e respetivos acessórios, utilizados na exploração, manutenção e gestão, incluindo os necessários às operações de controlo de qualidade, adquiridos pela concessionária.
3. Todos os direitos de propriedade intelectual e industrial de que a concessionária seja ou venha a ser titular e que estejam afetos à concessão;

4. Quaisquer outros bens afetos à concessão, desde que diretamente relacionados com a exploração dos serviços concessionados.

Enquanto durar a concessão, os bens, equipamentos, infraestruturas e instalações integradas e afetas à concessão e que tiverem origem em investimentos da concessionária, serão propriedade/posse desta, revertendo os mesmos para a concedente finda a concessão, quaisquer que sejam as obras de melhoramento ou os novos equipamentos integrados. Todas as infraestruturas e equipamentos postos à disposição pela concedente manter-se-ão propriedade da concedente sendo a sua posse transferida para a concessionária com o auto de Consignação.

No final do contrato de concessão, a posse/propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos integrados nos serviços concessionados ou a este afetos, serão transmitidos/reverterão para a concedente, sem qualquer encargo.

De forma a obtermos a informação para cumprimento do estipulado na NCP 4, o Município de Coimbra, enviou um pedido de informação à Ambinecro Coimbra, Crematórios, S. A, a solicitar informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão.

Tendo em conta que o Município não recebeu, até ao encerramento das contas de 2023, a informação solicitada, foi decidido não se efetuar qualquer registo ao abrigo da NCP 4, em 2023.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia-se quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados assim como nas respetivas depreciações acumuladas, encontra-se no quadro seguinte:

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Unid.: euro

Contas	Consolidado							
	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
Bens de domínio público patr. histórico artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	248 200 820,43	0,00	0,00	248 200 820,43	248 851 601,29	0,00	0,00	248 851 601,29
Edifícios e outras construções	31 167 472,34	23 462 036,50	0,00	7 705 435,84	31 167 472,34	24 408 860,16	0,00	6 758 612,16
Infraestruturas	78 593 259,10	41 874 458,80	0,00	36 718 800,30	89 949 281,14	45 317 688,90	0,00	44 631 592,24
Património histórico artístico e cultural	6 413 093,37	159,60	0,00	6 412 933,77	6 414 893,37	159,60	0,00	6 414 733,77
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	43 269 842,58	0,00	0,00	43 269 842,58	49 212 161,86	0,00	0,00	49 212 161,86
Edifícios e outras construções	240 769 061,08	63 764 927,00	0,00	177 004 134,08	242 080 925,13	67 930 513,54	0,00	174 150 411,59
Equipamento básico	255 182 270,54	172 007 815,69	0,00	83 174 454,85	266 963 288,52	175 915 463,87	0,00	91 047 824,75
Equipamento de transporte	13 265 642,36	11 516 628,14	0,00	1 749 014,22	13 501 541,37	11 923 596,94	0,00	1 577 944,43
Equipamento administrativo	5 995 119,37	5 649 589,11	0,00	345 530,26	5 984 864,14	5 686 105,94	0,00	298 758,20
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	5 085 164,20	4 207 751,75	0,00	877 412,45	5 232 115,00	4 416 712,33	0,00	815 402,67
Ativos fixos tangíveis em curso	96 024 231,92	0,00	0,00	96 024 231,92	103 034 547,42	0,00	0,00	103 034 547,42
Total	1023 965 977,29	322 483 366,59	0,00	701 482 610,70	1062 392 691,68	335 599 101,30	0,00	726 793 590,38

Nota 6 – Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário, são classificados como locações operacionais.

6.1 — Locações financeiras

Não há registo de locações financeiras.

6.2 — Locações operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados. A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação operacional, a 31 de dezembro de 2023, detalha-se da seguinte forma:

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Unid.: euro

BENS LOCADOS (1)	Mapa consolidado									
	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento básico	5 298 182,24	836 817,70	0,00	1 690 837,00	0,00	1 232 336,00	61 755,50	1 580 070,78	2 874 185,28	3 607 349,15
Equipamento de transporte	68 981,21	17 090,15	0,00	29 545,05	0,00	0,00	744 903,38	0,00	744 903,38	39 436,16
Equipamento administrativo	88 899,63	27 022,53	0,00	34 337,41	0,00	40 792,42	10 416,07	0,00	51 208,49	54 562,22
Outras imobilizações corpóreas	68 899,68	13 980,96	0,00	65 069,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 839,66
Total	5 524 962,76	893 911,34	0,00	1 819 788,57	0,00	1 273 128,42	817 077,95	1 580 070,78	3 670 277,15	3 705 174,19

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica de financiamento obtido consolidado, traduz-se da seguinte forma:

Unid.: euro

Designação	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos Bancários		
Corrente	11 078 459,12	4 558 107,54
Não corrente	25 103 842,84	26 726 025,40
Total	36 182 301,96	31 284 132,94

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

Apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas, no início e no final do período, em propriedades de investimento:

Unid.: euro

Ativos	Consolidado								
	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo de custo)							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	343 734,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	343 734,58
Edifícios e outras construções	3 975 192,57	0,00	0,00	94 023,16	0,00	0,00	0,00	0,00	3 881 169,41
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 318 927,15	0,00	0,00	94 023,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4 224 903,99

Nota 9 – Imparidade de ativos

Durante o exercício de 2023 foram efetuados testes de imparidades aos ativos, tendo sido detetadas imparidades no valor total de 8.006.728,56 €, conforme o quadro seguinte:

Unid.: euro

Ativo	Consolidado			
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	1 225 966,31	509 650,34	0,00	716 315,97
Clientes, contribuintes e utentes e cobrança duvidosa	9 354 872,34	6 163 027,44	751 112,70	3 942 957,60
Outras contas a receber	33 099 271,78	1 244 050,78	0,00	31 855 221,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2 184 100,04	0,00	0,00	2 184 100,04
Investimentos financeiros	11 575 780,69	50 000,00	0,00	11 525 780,69
Ativos intangíveis	10 778 186,61	40 000,00	0,00	10 738 186,61
Total	68 218 177,77	8 006 728,56	751 112,70	60 962 561,91

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através do custo médio ponderado.

Apresentam-se nos quadros seguintes informação dos valores da conta de inventários consolidada e dos movimentos do período.

10.1 – Inventários

Os inventários consolidados em 31 de dezembro de 2023 atingem a quantia recuperável de 2.220.205,10 €, desagregados cf. o quadro abaixo:

Unid.: euro

Ativo	Consolidado		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	36 007,13	0,00	36 007,13
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 269 432,84	0,00	1 269 432,84
Produtos acabados e intermédios	914 765,13	0,00	914 765,13
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	2 220 205,10	0,00	2 220 205,10

10.2 – Inventários: Movimentos do período

Durante o exercício de 2023, registaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de inventário:

Unid.: euro

Área	Consolidado								
	Quantia escriturada inicial (1)	Compras Líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)+(-4)-(5)+(6)-(-7)+(-8)
Mercadorias	37 841,07	6 546 526,37	6 346 674,85	0,00	0,00	0,00	1 672,41	0,00	36 001,13
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 363 338,23	3 982 790,16	4 041 276,58	18 264,19	0,00	0,00	80 676,37	26 993,27	1 269 432,84
Produtos Acabados e Intermediários	212 916,40	0,00	0,00	- 594 339,06	0,00	0,00	0,00	1 296 187,79	914 765,13
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e Materiais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 614 100,50	10 529 299,43	10 587 951,18	- 576 074,87	0,00	0,00	82 349,78	1 323 181,00	3 330 205,10

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da aplicação da NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação pelas entidades que constituem o grupo de consolidação financeira do Município de Coimbra foram registados os rendimentos a seguir discriminados:

Unid.: euro

Rendimento de Transações com contraprestação	Consolidado			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período
Taxas, multas e outras penalidades	5 258 670,46	0,00	0,00	0,00
Vendas	9 948 911,53	0,00	0,00	0,00
Prestação de Serviços	30 999 544,20	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	6 626 317,29	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	507 247,84	0,00	0,00	0,00
Total	53 340 691,32	0,00	0,00	0,00

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da aplicação da NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação pelas entidades que constituem o grupo de consolidação financeira do Município de Coimbra foram registados os rendimentos a seguir discriminados:

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Unid.: euro

Rendimento de Transações sem contraprestação	Consolidado			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período
Impostos Diretos	34 239 017,11	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	19 345 753,59	0,00	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	874 280,31	0,00	19,20	201,60
Transferências e subsídios correntes obtidos	47 209 513,39	0,00	2 245 726,10	251 793,83
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	3 474 145,52	0,00	81 874,13	174 069,23
Outros	1 824,20	0,00	0,00	0,00
Total	105 144 534,12	0,00	2 327 619,43	426 064,66

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023, os valores registados, detalhados por rubricas, são os seguintes:

Unid.: euro

RUBRICAS	Consolidado									
	Quantia escriturada inicial (1)	Reforços (2)	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
			Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas	1 505 294,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 505 294,75
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	184 346,41	15 680 007,58	0,00	0,00	15 679 007,58	0,00	0,00	0,00	0,00	15 864 353,99
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	389 055,28	44 932,59	0,00	0,00	44 932,59	24 416,67	0,00	0,00	24 416,67	409 571,20
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restuturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	49 377,29	827 311,84	0,00	0,00	827 311,84	827 311,84	0,00	0,00	827 311,84	49 377,29
Total	2 128 073,73	16 552 252,01	0,00	0,00	16 551 252,01	851 728,51	0,00	0,00	851 728,51	17 828 597,23

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Não eram conhecidos, à data da aprovação das contas individuais, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras do Município de Coimbra, Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra, A.C. Águas de Coimbra, E.M., PRODESO – Ensino Profissional, Lda. e RUAS – Associação Univer(SC)idade.

Relativamente à sociedade Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A. no ponto 4 do anexo às demonstrações financeiras individuais são mencionados os seguintes eventos subsequentes:

“A iParque solicitou a isenção de IMT sobre os terrenos adquiridos ao Município de Coimbra em que a empresa pagou o montante de 11.982,96 €.”

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 — Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos, apresentam os seguintes valores:

Unid.: euro

Contas	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Retenção de impostos sobre rendimentos	4 239,61	497 463,10	2 836,28	513 381,89
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 962 159,63	0,00	1 671 887,52	0,00
Outros impostos	0,00	10 430,14	0,00	8 918,55
Contribuições Sistemas proteção social - P. trabalhador	0,00	287 591,44	0,00	266 311,79
Contribuições Sistemas proteção social - P. patronal	0,00	738 188,64	0,00	677 311,21
Subsistemas de saúde	0,00	950,35	0,00	1 493,44
Outras retenções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	59 887,96	301,28	448 978,56
Total	2 966 399,24	1 594 511,63	1 675 025,08	1 916 395,44

23.2 — Clientes, Contribuintes e Utentes

No quadro seguinte apresentam-se os valores registados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, detalhados por rubricas:

Unid.: euro

Contas	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Clientes c/c	3 706 982,54	370 517,04	3 336 465,50	4 163 200,73	540 740,44	3 622 460,29
Contribuintes	129 590,35	0,00	129 590,35	25 521,41	0,00	25 521,41
Utentes	32 455,38	0,00	32 455,38	15 877,37	0,00	15 877,37
Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa	5 413 844,07	4 969 397,70	444 446,37	5 665 413,65	5 390 860,58	274 553,07
Saldo a receber	9 282 872,34	5 339 914,74	3 942 957,60	9 870 013,16	5 931 601,02	3 938 412,14

23.3 — Outras Contas a Receber

As Outras Contas a Receber desagregam-se da seguinte forma:

Unid.: euro

Contas	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Devedores por acréscimos de rend.	31 504 331,27	0,00	31 504 331,27	30 643 610,91	0,00	30 643 610,91
Outros devedores curto prazo	1 595 314,61	1 244 050,78	351 263,83	7 673 676,97	975 354,14	6 698 322,83
Saldo a receber	33 099 645,88	1 244 050,78	31 855 595,10	38 317 287,88	975 354,14	37 341 933,74

23.4 — Fornecedores

A evolução da rubrica Fornecedores consta a seguir:

Unid.: euro

Contas	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores c/c	5 491 025,61	4 953 761,47
Faturas em receção e conferência	6 189 449,79	5 658 973,85
Factoring	50 302,51	86 631,63
Fornecedores de Investimento c/c	404 625,94	343 432,56
Faturas em receção e conferência de investimentos	756 052,83	979 691,95
Factoring (de investimento)	437 094,75	0,00
Saldo a pagar	13 328 551,43	12 022 491,46

23.5 — Outras Contas a Pagar – curto prazo

Apresenta-se em baixo o detalhe e a evolução das Outras Contas a Pagar:

Unid.: euro

Contas	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações a pagar	74,16	3 403,37
Acrés. Gastos - Remunerações a Liquidar	8 114 221,78	7 401 682,83
Acrés. Gastos - Juros a liquidar e outros gastos financeiros	507 647,12	404 967,94
Acrés. Gastos - Outros acréscimos de gastos	2 529 971,61	1 967 203,20
Outros credores-Outros	2 079 554,06	2 538 327,58
Cauções	3 182 872,62	3 354 190,52
Sindicatos	9 553,35	9 663,48
Saldo a pagar	16 423 894,70	15 679 439,02

23.6 — Fornecimentos e Serviços Externos

A conta de fornecimentos e serviços externos (FSE) apresenta o seguinte detalhe, para os anos económicos de 2023 e 2022:

Contas	Consolidado	
	2023	2022
Subcontratos e parcerias	73 319,04	0,00
Eletricidade	5 001 223,07	5 574 171,02
Combustíveis	2 470 038,27	964 478,71
Água	111 619,61	82 411,54
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	50 592,55	40 821,95
Artigos para oferta	33 794,82	33 166,22
Rendas e alugueres	2 408 377,54	2 261 541,62
Comunicação	635 668,41	623 563,13
Seguros	585 123,94	703 635,00
Deslocações e estadas	34 862,09	54 120,61
Honorários	428 736,97	315 956,97
Contencioso e notariado	85 227,95	64 728,77
Conservação e reparação	2 993 003,62	2 573 019,71
Publicidade e propaganda	196 938,64	202 905,20
Limpeza, higiene e conforto	2 075 091,92	1 659 500,37
Vigilância e segurança	1 076 866,68	1 011 719,41
Trabalhos especializados	2 855 045,93	3 006 846,61
Recolha e Tratamento de resíduos sólidos	7 789 230,58	5 663 032,19
Recolha e tratamento de efluentes	6 671 252,05	6 218 152,42
Encargos de cobrança	1 417 982,27	1 450 253,81
Medicamentos e artigos para a saúde	9 494,33	37 030,42
Material de escritório	4 457,41	
Outros materiais diversos de consumo	75 929,80	50 688,12
Material de educação, cultura e recreio	46 245,75	7 665,89
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	221,91	
Serviços desportivos	123 447,62	126 090,45
Serviços educação	139 686,27	329 410,55
Anúncios, publicações e assinaturas	105 052,96	123 852,36
Serviços restauração e alojamento	81 172,58	13 918,67
Serviços culturais	2 074 402,08	2 076 624,80
Serviços Sociais	6 941 345,74	5 853 259,85
Outros fornecimentos e serviços	223 448,06	398 573,84
Serviços de saúde	0,00	11,94
Total	46 818 900,46	41 521 152,15

O aumento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos deveu-se essencialmente ao agravamento dos custos da energia e de recolha e tratamento de RSU, à receção das competências na área da educação ao abrigo de protocolos de descentralização de competências e à delegação de competências nas freguesias.

23.7 — Gastos com o Pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o montante dos gastos com o pessoal decompõe-se da seguinte forma:

Unid.: euro

Contas	Consolidado	
	2023	2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	354 366,69	344 977,33
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	207 049,77	167 431,31
Remunerações do pessoal	51 383 768,67	46 030 015,26
Benefícios pós-emprego	14 861,07	6 286,09
Indemnizações	59 881,15	0,00
Encargos sobre remunerações	11 419 598,20	10 006 454,86
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	490 016,47	581 120,69
Outros gastos com o pessoal	1 809 408,58	1 491 321,68
Outros encargos sociais	620 068,44	716 324,27
Total	66 359 019,04	59 343 931,49

23.8 — Transferências e Subsídios Concedidos

Os gastos incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 respeitantes a "Transferências e Subsídios Concedidos" apresentavam a seguinte composição:

Unid.: euro

Contas	Consolidado	
	2023	2022
Freguesias	4 605 589,36	3 413 925,55
Associações de municípios	194 510,07	100 901,06
Outras transferências correntes	1 521 983,98	24 050,00
Administração central - Estado	1 538 146,99	2 047 048,32
Instituições sem fins lucrativos	4 045 965,10	4 276 722,04
Famílias	383 301,47	153 637,74
Transferências de Capital	1 288 911,81	1 811 944,71
Total	13 578 408,78	11 828 229,42

23.9 — Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados

O Município de Coimbra apresenta a seguinte informação:

- Provisões para processos judiciais em curso:

Divulgamos, em anexo, a listagem dos processos judiciais em curso. De acordo com informação jurídica, a probabilidade de o Município de Coimbra ser condenado em alguns destes processos é remota ou $\leq 50\%$, pelo que, para estas ações, não foram constituídas provisões.

- Informação do Departamento de Administração Geral/Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso relativamente aos processos com probabilidade alta do Município ser condenado:

1. Processo judicial no âmbito da temática expropriação

Processo n.º 2195/23.6T8CBR - Expropriação - Incidente

Expropriados: Isabel Supico Pinto da Cunha de Eça e outros

Expropriante: Município

Pagamento de indemnização por expropriação da Parcela n.º 36 do prédio sito no lugar de Coselhas, da Freguesia de Santo António dos Olivais, Coimbra.

O processo judicial em causa tem por objeto resolver o processo de expropriação da parcela n.º 36 do prédio sito no lugar de Coselhas, da Freguesia de Santo António dos Olivais, Conselho de Coimbra, descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 00800/060187 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Santo António dos Olivais sob o artigo n.º 40, com a área de 160.460 m², com área expropriada de 23.119 m².

A referida expropriação teve como finalidade a construção da circular externa – 3.º Troço, com início ao quilómetro 1 + 525, entre Coselhas e a Avenida Elísio de Moura.

No processo expropriativo figuram como Expropriante a Câmara Municipal de Coimbra e como Expropriados Maria Eduarda Vasques da Cunha de Eça e Vasco Maria da Cunha de Eça e mulher Isabel Maria Supico Pinto da Cunha de Eça.

A Declaração de Utilidade Pública, com carácter urgente e posse administrativa da parcela do terreno, foi autorizada por deliberação da Assembleia Municipal de Coimbra de 19/11/2001, a pedido da Câmara Municipal de Coimbra, conforme Declaração n.º 11/2002.

A vistoria "ad perpetum rei memoriam", realizou-se no dia 04/03/2002 e a transmissão da posse administrativa ocorreu no dia 19/07/2002.

Após reclamação pelos Expropriados do valor de indemnização fixado pela Expropriante, foi iniciado o processo de expropriação litigiosa através do recurso à arbitragem, tendo sido proferido auto de arbitragem em 12/12/2003, notificado aos Expropriados em 22/07/2004, fixando

a indemnização pela expropriação da referida parcela no valor de €323.065,28 (trezentos e vinte e três mil e sessenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos).

Sucede que aos Expropriados nunca foi pago o valor devido a título de indemnização pela referida expropriação, fixado no referido auto de arbitragem, e por isso estão a ser peticionadas as seguintes quantias pelos herdeiros dos expropriados:

- a) A quantia de € 323.065,28 a título de pagamento do montante indemnizatório fixado em sede de Arbitragem;
- b) A quantia de € 163.363,916 a título de atualização do montante indemnizatório de acordo com a evolução dos índices de preços ao consumidor (exceto habitação), contado desde a data de Declaração de Interesse Público, em 29/11/2001, até maio de 2023;
- c) A quantia de € 82,768,041 a título de juros de mora pelo atraso no envio do processo administrativo (respeitante à expropriação em causa) a tribunal, que estão a ser pedidos sobre o montante da indemnização atualizada (€ 323.065,28 + € 163.363,916).

2. Processo judicial no âmbito da temática Urbanismo

Processo n.º 459/23.8BECBR - Ação Administrativa

Autora: INVEFOZ - Empreendimentos Imobiliários, Lda

Réu: Município

Solicita indemnização por responsabilidade contratual (contratos urbanísticos, cedência de terrenos para infraestruturas municipais)

No processo judicial aqui em apreço temos como Autora a INVEFOZ, que é uma sociedade comercial que tem por objeto social a compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para fins imobiliários.

A INVEFOZ foi constituída especificamente para o desenvolvimento da operação de loteamento da Quinta do Promotor, em Coselhas, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra.

A INVEFOZ é requerente numa operação urbanística de loteamento de obras de urbanização, sendo a CMC a entidade licenciadora.

Mas a INVEFOZ e o Município de Coimbra são também partes contratantes que subscreveram Protocolos (em 2001 e 2002, este último com adenda em 2005) com implicações no licenciamento de loteamento e nas infraestruturas públicas do Município de Coimbra (MC).

A INVEFOZ propôs a Ação Administrativa supra identificada contra o MC, na qual, entre os vários pedidos que deduz (indemnizações pela ocupação dos terrenos, indemnização pelo sacrifício, por danos emergentes, perda de change ...), peticiona um total de 14 676 506,17 € (catorze milhões, seiscentos e setenta e seis mil e quinhentos e seis euros e dezassete cêntimos).

Este pedido assenta em litígios atinentes à responsabilidade contratual do Município de Coimbra

resultante do incumprimento definitivo de prestações contratuais vinculativas e, subsidiariamente, à responsabilidade civil extracontratual do MC pela prática de atos e adoção de condutas lícitas e ilícitas de um procedimento de loteamento, sendo ainda formulado um pedido de restituição baseado em enriquecimento sem causa a título subsidiário.

O pedido indemnizatório assenta em eventos integralmente relacionados com os protocolos/contratos celebrados no âmbito de licenciamento de uma operação de loteamento, bem como, com o próprio procedimento de licenciamento, e justifica-se pela amplitude dos danos indemnizatórios, os quais não são suscetíveis de reparação através da reconstituição da situação hipotética.

3. Processo judicial no âmbito da temática expropriação

Processo n.º 1024/06.0BECBR

Recursos Jurisdicionais de Ações Administrativas

Autor: Pedro Miguel Pereira Medina

Réu: Município de Coimbra

No âmbito do processo 1024/06.0BECBR, o Tribunal Central Administrativo Norte, proferiu o Acórdão com o seguinte entendimento:

- a) Negar provimento ao recurso jurisdicional interposto pelo Autor/Recorrente;
- b) Conceder parcial provimento ao recurso interposto pelo Réu Município de Coimbra revogando parcialmente a sentença recorrida e, em consequência, condenar o Réu Município a pagar ao autor a quantia global de 430.000,00€, assim discriminada:
 - i) A título de indemnização pela perda de capacidade de ganho, a quantia de 210.000,00€.
 - ii) A título de compensação pela necessidade de apoio de terceira pessoa, a quantia de 100.000,00€.
 - iii) A título de danos não patrimoniais, a quantia de 120.000,00€.
 - iv) Todas as quantias acrescidas de juros de mora à taxa legal (4%) desde a decisão (12/01/2024) e até efetivo e integral pagamento.

Entendeu o Tribunal, julgar apenas procedente o recurso do Município quanto ao cálculo da indemnização pela perda de capacidade de ganho, considerando que deverá atender-se ao valor do salário mínimo nacional, não do ano de 2010 no montante de 475,00 € (quatrocentos e setenta e cinco euros), como defendia o Município, mas o salário mínimo nacional à data em que foi proferida a sentença, isto é, em 2022, o que correspondia um salário mínimo nacional de 705,00 € (setecentos e cinco euros) a que corresponde a um salário anual de 9.870,00 € (705,00 € x 14), calculando o valor desta indemnização em 210.000,00 €.

Os SMTUC informam o seguinte:

- *Provisões para Impostos, Contribuições e Taxas*

Desde o ano de 2010 que os Orçamentos Gerais do Estado e os respetivos Decretos-Lei de Execução Orçamental determinam que os serviços médicos prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) aos beneficiários da ADSE deixam de ser faturados pela ADSE, porque as Autarquias e os seus Serviços e Empresas Municipais passam a contribuir diretamente para o SNS.

A contribuição definida para os SMTUC cifrou-se em € 207.232,00 em 2010 e ascendeu em cada um dos anos seguintes a € 174.108,00, totalizando no final de 2014 o montante de € 903.664,00.

O Município é a entidade responsável por receber dos SMTUC os montantes fixados em cada um dos anos pelos Decretos-Lei de Execução Orçamental, mas tal nunca se concretizou, sem que a própria DGAL tivesse alguma vez reivindicado qualquer verba junto da CMC, pelo que, apenas e de acordo com o princípio da prudência foi criada em 2014 uma provisão para riscos e encargos no valor total de € 903.664,00 e em 2015 foi reforçada pelo valor de € 87.054,00, que corresponde ao 1º semestre do ano.

Em 2023 mantêm-se a provisão para outros riscos e encargos – participação para o Serviço Nacional de Saúde no valor total de € 990.718,00.

- *Provisões para Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais*

No final de 2022 a provisão para Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais cifrava-se no valor de € 389.055,28 para reconhecimento das responsabilidades futuras com as pensões vitalícias de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais que os SMTUC estão obrigados a pagar aos respetivos beneficiários através da Caixa Geral de Aposentações.

Durante o ano de 2023 foi anulada a provisão no valor de € 24.416,67, que corresponde aos pagamentos efetuados pelos SMTUC à CGA.

No final de 2023 foi efetuado o cálculo atual das responsabilidades futuras. Este cálculo teve como pressupostos a utilização das tábuas de mortalidade disponíveis para Portugal 2020-2022 emitidas pelo INE e uma taxa de juro de 2,50%.

Assim, o valor da provisão para reconhecimento das responsabilidades futuras relativas a Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais ascende a € 409.571,20.

- *Passivos Contingentes*

Os organismos emissores de normas de Contabilidade fazem depender o tipo de tratamento contabilístico do exposto referente às probabilidades de ocorrência de acontecimentos futuros. Assim, consoante se tratem de acontecimentos prováveis, razoavelmente possíveis ou remotos, ser-lhes-á atribuída uma diferente forma de reflexo na informação financeira. Todas as normas convergem na ideia de que os factos contingentes se refletem nas demonstrações financeiras mediante o instrumento preconizado na doutrina contabilística para registo de perdas potenciais - a provisão. No entanto, o reconhecimento da provisão só será possível quando satisfeitas duas condições: estar perante um

passivo contingente cuja probabilidade de ocorrência é provável e ser passível de uma estimativa razoável do seu impacto na situação patrimonial e financeira.

Para as situações em que não se possam cumprir os dois requisitos acima descritos, a informação sobre tais contingências será fornecida, não através de uma provisão, mas por meio da sua divulgação no anexo às demonstrações financeiras, desde que seja pelo menos razoavelmente possível a ocorrência de uma perda no futuro que seja confirmada pelo desenlace de um ou mais eventos futuros incertos.

A Águas de Coimbra considera relevante divulgar a seguinte informação:

"Em 31 de dezembro de 2023, pendem sobre a Águas de Coimbra, as seguintes ações em tribunal:

- a) Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, proc.º n.º 272/20.4BECBR, autor João Carlos da Gama Dias Pacheco, Pedido 23.776,12€.*
- b) Intimação para prestação de informações e passagem de certidões que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.º 539/21 ABECBR. Autor: ZUME - Construções, S.A. Pedido: 30 000,01 €;*
- c) Contraordenação Auto n.º 946164886 – EA 220060800
Autuante – Guarda Nacional Republicana
Valor da coima: 120,00 €*
- d) Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, proc.º n.º 330/23.3BECBR, em que o autor é Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, SA. Pedido: 327,68€*

De acordo com informação jurídica, a probabilidade da Águas de Coimbra, ser condenada em algum destes processos é muito baixa, deste modo, para estas ações não foram constituídas provisões.

- e) Ação Processo comum, que corre no Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra, Processo n.º 5399/22.5T8CBR, em que é autor Miguel Pedro Correia. Pedido: 4.304,17€. Foi constituída provisão para esta ação em 2023.*
- f) Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc.º 675/18.4BECBR. Autor: CONTEC- Construção e Engenharia, S.A. Pedido: 171.494,95 €. Foi constituída provisão para esta ação em 2018;*
- g) Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.º 174/20.4BECBR. Autor: Aquino Construções, S.A. Pedido: 12.851,46 €. Foi constituída provisão para esta ação em 2020.*
- h) Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.º 239/23.0BECBR. Autor: Construções Castanheira & Joaquim, Lda. Pedido: 268.696,64. €. Foi constituída imparidade (nota 10 do anexo)"*

No que se refere ao Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A., informa-se na nota 32 do anexo às demonstrações financeiras, o seguinte:

- *Correção financeira empreitada 1ª fase:*

A sociedade iParque é autora de uma nova ação administrativa que, com o n.º de processo 169/21.0BECBR, corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, instaurado contra a Ministra da Presidência.

Trata-se do processo de execução de sentença condenatória proferida no processo n.º 169/21.0BECBR, com vista à reposição da quantia correspondente à aplicação ilegal da correção financeira de 5%, acrescida dos juros de mora devidos desde 12 de março de 2012.

A executada procedeu à reposição da quantia de 170.341,05€ no dia 11 de dezembro de 2023, estando em falta o pagamento dos juros de mora, calculados à taxa anual de 4%, sobre o valor de 170.341,05 €, desde 12 de março de 2012 até 11 de dezembro de 2023 e que ascendem a 80.102,30€.

- *“Contencioso Tributário IVA:*

“Em 6 de julho de 2011, a sociedade iParque solicitou um pedido de informação vinculativa, no sentido de obter a aprovação para a dedução prévia do IVA relativo às partes comuns das infraestruturas da 1.ª Fase. Com o parecer favorável por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a sociedade efetuou um reembolso de 690.242,50 €. Este reembolso foi alvo de uma ação inspetiva por parte da AT, sem qualquer correção.

Este procedimento foi acompanhado por uma empresa especializada (a KPMG).

Em outubro de 2016, o iParque foi objeto de uma nova ação inspetiva por parte da AT, relacionada novamente com o IVA deduzido referente às partes comuns das infraestruturas da 1.ª Fase.

No dia 23 de janeiro de 2018, a iParque foi notificada do relatório de inspeção tributária, no qual esta indica que a sociedade iParque procedeu à dedução indevida de IVA no montante de 593.608,55 €. Tendo em conta a decisão tomada em 2011 pela AT, a consultoria jurídica refuta por completo esta decisão, indicando que no caso em concreto não existe matéria de facto para tal.

Em 27 de julho de 2019 foi apresentada a Reclamação Graciosa na Direção de Finanças de Coimbra contra a liquidação adicional de IVA e juros compensatórios resultante da supra mencionada ação inspetiva.

Tais liquidações não foram pagas tendo sido instaurados os processos de execução fiscal n.º 3050202101045016 e 3050202101045024, os quais encontram-se suspensos mediante a constituição de uma garantia real na modalidade de hipoteca voluntária incidente sobre o Lote 18 da iParque.

Em janeiro de 2019 foi proferida a decisão de indeferimento da Reclamação Graciosa, tendo sido apresentada Impugnação Judicial contra a indicada decisão, bem como contra as liquidações de IVA que manteve, a qual encontra-se a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º Processo n.º 322/19.7BECBR.

À data de 31/12/2023 a iParque tem aprovisionado um montante total de 514.577 €, correspondente ao valor da liquidação adicional de IVA e que está em ser contestada judicialmente.

- *Contencioso Tributário IRC:*

No exercício de 2019 foi vendido à Olympus 2 lotes de terrenos, em que o Valor Patrimonial Tributário (VPT) foi superior ao Valor de Venda (VV). A Administração não concorda com a tributação resultante

do acréscimo de IRC referente ao 2019, no montante resultante da diferença positiva entre VPT e VV aplicando a taxa de IRC.

Em final de janeiro de 2020, foi desencadeado um procedimento de prova de preço efetivo de venda dos referidos lotes, no âmbito do qual foi concedido o levantamento de sigilo bancário da empresa e dos Administradores em funções à data do procedimento atrás referido.

A AT requereu ainda a autorização de levantamento do sigilo bancário do Administrador, à data da venda dos lotes, Eng. António Manuel Cristóvão Santana e Silva, o qual manifestou a sua oposição alegando que havia renunciado às funções de administrador da empresa em janeiro de 2020.

Face à referida recusa a AT tributou a venda dos lotes pelo VPT originando a liquidação adicional de IRC no valor de 172.933,22 € a qual encontra-se a ser contestada através de Impugnação Judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo nº 143/22.OBECBR.”

Nota 24 – Demonstrações orçamentais consolidadas

24.1 – Conciliação de caixa e seus equivalentes com o saldo de gerência em 31.12.2023

Uma vez que o perímetro de consolidação orçamental é mais restrito do que o perímetro de consolidação financeira, não incluindo todas as entidades, o saldo de caixa e seus equivalentes não corresponde ao saldo de gerência apurado nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Dando cumprimento à recomendação constante na FAQ 18 divulgada pela Comissão de Normalização Contabilística, apresenta-se conciliação entre o saldo de caixa e seus equivalentes relativo ao perímetro de controlo e o saldo de gerência relativo ao perímetro orçamental, que não inclui a entidade AC, Águas de Coimbra, EM.

Unid.: euro	
Conciliação de caixa e seus equivalentes com o saldo de gerência	
Caixa e seus equivalentes consolidados em 31.12.2023	26 549 855,33
Caixa e seus equivalentes entidades excluídas de perímetro orçamental	
Águas de Coimbra EM	-2 520 275,51
Eliminação a caixa e seus equivalentes referentes a operações com entidades excluídas do perímetro orçamental	-2 986,86
Saldo de gerência consolidado em 31.12.2023	24 026 592,96

Nota 25 – Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis às contas consolidadas deste Município, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Processos Judiciais em Curso a 31.12.2023

Ano	Ativos	Obras municipais	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município interveniente como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores petionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2014	AA	Obras municipais	Petição a resolução judicial do contrato de empreitada "Centro de Convenções -Convento de S. Francisco" e pagamento de indemnização	Ação Adm. Comum	134/14.4B ECR	Autor: MRG Engenharia e Construção SA	Réu	8 210 074,00 €	8 210 074,00 €	15 125 883,00 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim
2014	AA	Obras municipais	Petição a anulação da rescisão de contrato e indemnização por execução ilegal das garantias bancárias	Ação Adm. Especial	441/14.6B ECR	Autor: MRG Engenharia e Construção SA	Réu	2 137 577,87 €	2 137 577,87 €			A A&A informa o seguinte: Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer / definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face à lista em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão corriaos, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta o especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provídes, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho.	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Advs	Assento	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores pedidos pelo Município	Sigilo resp. cívil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2014	AA	Urbanismo	Ação Adm. Comum	736/1498 ECR	Autor: LUSIMOVE ST - Fundo de Investiment o Imobiliário	Réu	7 107 152,15 €	25 125 102,00 €			Na sequência da realização da Audiência de Discussão e Julgamento o Tribunal proferiu Sentença, tendo julgada a ação proposta pela Lusimove totalmente improcedente. A A. interpôs o recurso o qual se encontra em apreciação pelo Tribunal Central Administrativo Norte. Valor do risco: Atendendo ao sentido da Sentença da 1.ª Instância e, bem assim, ao teor do Recurso parece-nos que a probabilidade de haver revogação da Sentença e substituição da mesma por uma outra que julgue a ação procedente é fraca. Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que todo é certo que apresentamos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, tendo conseguido demonstrar que a Ação da A. falta de improceder, como improcedeu, certo é que face às lides em causa e atenta a elevada complexidade, difícil se torna proceder a juízos de prognose pósitoma sobre, no caso, qual irá ser o teor da decisão do Tribunal Central Administrativo Norte. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especialidade necessária de proceder ao ajustamento dos prováveis, poder-se-á dizer existir em média de a Sentença poder vir a revogada e substituída por uma outra que julgue a ação da A. procedente (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Assunto	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervir como	Valor em ação	Estimativa encargos financeiros	Valores petrolionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2019	AA	Organização e funcionamento do adm. pb.	Ação Adm.	510/19,6B ECBR	Autor: Mário Ferreira e Anacleto - Imobiliárias Lda.	Réu	2 082 934,00 €	2 082 934,00 €			A A&A informa o seguinte: Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total esserividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão em causa, mais difícil se torna proceder a juízo de prognose pós-uma. Sem prejuízo do que se disse, atenta ao ajustamento das prováveis, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	< ou = 50%	Não	Sim
2020	AA	Expropriação	Ação de Processo Comum	4208/20,4 TBCBR (passou a ser o 464/23,4B ECBR)	Autor: Apicala - Investment sa, S.A.	Réu	3 600 000,00 €	3 600 000,00 €			A&A informa: Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total esserividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão em causa, mais difícil se torna proceder a juízo de prognose pós-uma. Sem prejuízo do que se disse, atenta ao ajustamento das prováveis, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores pedidos pelo Município	Seguro resp. Civil	Probabilidade de condenação do Município	Matéçao	Reconhecimento	Divulgação
2020	AA	Financeiro	Ação Adm.	543/20.08 ECBR	Autor: António José de Magalhães Cardoso	Réu	22.424,90 €	22.424,90 €	-		A A&A informa que, importará, contudo, resolver que sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em atos de processos estão conflituados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. 30/07/2021 - A A&A informa que face à sentença proferida - considerase como existindo risco baixo de que, em caso de recurso, o TCAN venha a conceder provimento ao recurso. AA (31/03/2023: Sem prejuízo de se ter considerado o risco baixo certo é que o Tribunal Administrativo Central do Norte revogou a sentença. Não nos é possível, neste momento determinar qual será o desfecho do recurso que se venha a interpor, pelo que a incerteza se representará com havendo um risco médio de condenação.	< ou = 50%	Não	Sim
2021	AA	Clubs municipais	Ação Adm.	288/21-38 ECBR	Autor: Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA	Réu	2.786.985,00 €	2.786.985,00 €	99.599,24 €		Considerase que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenado, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida, não se podendo, portanto, fazer quaisquer juízos sobre o sentido deictário que o Tribunal adotará.	< ou = 50%	Não	Sim
2022	AA	Responsabilidade Civil	Ação Adm.	566/21.1B ECBR	Autor: Isaura da Assunção Barroso	Réu	5.283,60 €	5.283,60 €	-		A&A informa: Considerase que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, fazer quaisquer juízos sobre o sentido deictário que o Tribunal adotará.	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Advos	Ass.	Assunto	Tipo de ação	N.º proc. ECBR	Partes	Município intervirém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionadas pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Reconhecimento	Divulgação
2023	AA	Contratação Pública	<p>Pede a declaração de nulidade ou anulação de decisão de aplicação de sanções contratuais à Autora e a declaração de que o atraso na execução se deveu por facto imputável ao Réu. Requalificação Parque Manuel Braga</p>	Ação Adm.	314/23.1B ECBR	<p>Autor: Alexandre Barbosa Borges S.A.</p>	Réu	629 482,50 €	-	629 482,50 €		<p>A A&A informa: Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das méritas em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, fazer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotarà</p>	Não	Sim
2023	AA	Financeiro	<p>Pagamentos de faturas em falta no âmbito da empreitada PEDU - Caminhos Pedonais Cruz de Celar - Bojo/Arregosa e Lote 1</p>	Ação Adm.	448/23.2B ECBR	<p>Autor: Engenharia, Lda</p>	Réu	55 544,95 €	55 544,95 €	-		<p>A A&A informa: Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das méritas em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, fazer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotarà</p>	Não	Sim
2014	ATM	Responsabilidade Civil	<p>Pedido de indemnização (por ocupação de terreno)</p>		435/15.4B ECBR (n.º do processo anterior - 604/14.4T BCBR)	<p>Autor: BP Portugal - Comercio de Combustiveis e Lubrificantes, S.A</p>	Réu	1 175 996,63 €	1 175 996,63 €	-	<p>03/03/2017 - Esta ação foi remetida para o TAFCC por despacho de 28/04/2015 e foi-lhe atribuído o n.º 435/15.4BECBR, com o valor de 1.175.996,63 €. Anteriormente tinha o valor de 1.133.000,00 €</p>	<p>Média</p>	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Advs	Arco	Assunto	Tipo de ação	n.º proc.	Partes	Município intervir como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores perfeccionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2013	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (por ocupação de terreno) - Taveiro	Ação de Processo Ordinário	8158/186 do processo anterior - 374/14.68 ECR) (n.º da processo anterior - 856/13.27 BCBR)	Autor: Apatense Imobiliário, SA e outros- Réu: EP - Estradas de Portugal, SA e outros	Réu	307 360,00 €	307 360,00 €	-	10/11/2016 - O processo foi remetido ao TAF, por ter sido julgado incompetente o Tribunal Comum, tendo-lhe sido atribuído o n.º 374/14.68ECR. O processo tem concluído aberra para ser proferido despacho desde o dia 19/04/2016.Ao valor de encargos financeiros pode acrescer juros de mora.	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação: Disposição de carga no veículo automóvel de forma a poder cair sobre a via pública, estando a mesma a oscilar, tornando perigoso o seu transporte, podendo provocar a projeção de detritos na estrada. O veículo fazia o transporte de manas.	Processo de CO	CO n.º 93313198 4	Autor: GNR	Arguida	-	600,00 €	-		Média	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Advers	Assu	Assunto	Tipo de ação	n.º proc.	Partes	Município interveniente como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Enriquecimento	Divulgação
2020	ATM	Responsabilidade cível	Pedida de indemnização (por danos ocorridos no veículo(motociclo de passageleros), com a matrícula - 46-PB-01 - e no autor, devido à queda de ramo de uma árvore na Avenida Ferrão Magalhães, no dia 15/09/2017, o qual provocou um despiste e colisão contra um poste.	Ação Adm.	409/20.38 ECRB (processo em proc. nº 235/10.08 ECRB)	Autor: Alexandre Miguel Areosa Carvalho Antunes da Cunha	Réu e outros	1 989 757,89 €	1 989 757,89 €	-	15/09/2020 - Além do valor peticionado podem acrescer juros de mora e despesas com tratamentos e cirurgias que o autor possa ter de realizar. Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	ATM	Responsabilidade cível	Acidente de trabalho de Alexandre Miguel Areosa de Carvalho Antunes da Cunha - a Autora peticiona o pagamento de indemnização já despendidas com o acidente, dado que o mesmo foi causado pela queda da árvore, sendo que compete ao Município fiscalizar e vigiar as condições do parque arbóreo municipal, tendo sido violado tal obrigação	Ação Adm.	235/20.08 ECRB (sem apelo) o processo nº 409/20.38 ECRB)	Autora: Filizidade Companhia de Seguros, S.A.	Réu	1 117,48 €	1 117,48 €	-	Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro	Média	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Ades	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervir como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores atualizados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2020	ATM	<p>Contratenação: Maria João Robalo dos Santos Bastos encontrava-se a exercer funções na entidade - A Escola da Nafie - Grupo de Teatro de Coimbra e foi vítima de um acidente de trabalho. A Autora alega que o Município, que tem com aquela entidade um protocolo, não assegurou condições de segurança e saúde dos trabalhadores.</p>	Processo de CO	092000734 (referência: 092000890)	Autor: ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho	Arguido		9 180,00 €			Média	< ou = 50%	Não	Sim
2022	ATM	<p>Parque Infantil Montes Claros - falta de sinalização</p>	Processo de CO	NUI/CO/0011621 - UOU - CBR 205697/2022	Autor: ASAE	Réu	8 000,00 €	8 000,00 €		16/02/2023 - A advogada informa que o valor da coima pode variar entre os 4.000,00 € a 8.000,00 €	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2022	ATM	<p>Devolução da taxa referente à instalação de atividades - posto de abastecimento de combustíveis e armazenamento de combustíveis, por tal liquidação estar ferida de ilegalidade.</p>	Impugnação	341/22.668 ECBR	Autor: Petróleos de Portugal - SA	Réu e outros	139 188,66 €	139 188,66 €			A advogada informa que, neste dia - 22/09/2022 - apenas tem o petição inicial e o prazo para contestação termina no dia 16/12/2022, pelo que não é possível pronunciar-se sobre a probabilidade de condenação do Município. Média	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestitação de Contas Consolidada 2023

Ano	Advs	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervir como	Valor de ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Reconhecimento	Divulgação
2022	ATM	Responsabilidade contratual Contratualização por não disponibilização de informações à Comissão Nacional De Proteção de Dados quanto à nomeação de um encarregado de Proteção de Dados do Município, nem a sua publicação do sítio institucional entre outras	Processo de CO	AVG/2022 /1690	Autor: CNPD	Réu		50 000,00 €	-	16/02/2023 - A advogada informa que a coima aplicar pode ir até 10.000,00,00 €, não sendo possível, neste momento, cifrar o valor correto, dado que não existem processos que permitam fazer uma comparação na aplicação da coima.	Média	Não	Sim
2023	ATM	Responsabilidade contratual Contratualização GNR contra o Município (trabalhador Fernando Miguel Martins Gonçalves) que circulava na via pública, com o veículo matriculado 22-90-GD -, com a carga mal acondicionada provocando a projeção de detritos na via pública	Processo de CO	28985929	Autor: GNR	Réu	600,00 €	600,00 €	-	17/02/2023 - A advogada informa que a coima aplicar varia entre os 120,00 € a 600,00 €	Média	Não	Sim
2023	ATM	Urbanismo Solicita o pagamento de mantimentos a filho de custos despendidos pela Autora, até a entrada da presente ação, com a manutenção da garantia bancária. Cabe a instância nos presentes autos ficar suspensa até à decisão que vier a ser proferida na ação de execução n.º 684/05.38ECBR-A	Ação Adm.	132/23,78 ECEBR	Autor: Urbivérzea, Empreendimentos Imobiliários SA	Réu	67 204,52 €	67 204,52 €	-		Média	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Advs	Ass	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores posicionados no Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2023	ATM	Expropriação	Pagamento de indemnização por expropriação da parcela n.º 36 do prédio sito no lugar de Couselhas, da Freguesia de Santo António dos Olivais, Coimbra	Expropriação - Incidente	2195/23-6 78C/BR	Expropriados: Isabel Suplico Pinto da Cunha de Eça e outros	Réu	569 197,24 €	487 515,31 €	-	Ano valor está a vencer juros, à taxa de 4%.	Alta	>50%	sim	Sim
2023	ATM	Responsabilidade contratual (ações)	Escola Básica 2, 3 Rainha Santa Isabel, sito na Ponte Eiras - falhas de higiene e segurança no caminho da escola	Processo de CO	00114/23-48AC/BR	Autor: ASAE	Réu	-	4 000,00 €	-		Média	<ou=50%	Não	Sim
2023	ATM	Responsabilidade contratual (ações)	Escola Secundária D. Dinis, sito na Rua Adriano Lucas - falhas de higiene e segurança na cozinha da escola	Processo de CO	NUI/CO/0 01439/23-9EAC/BR	Autor: ASAE	Réu	-	8 000,00 €	-		Média	<ou=50%	Não	Sim
2006	ATM - DL	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização por danos sofridos na sequência de queda estrada Quinta Camará	Ação Adm. Comum	1024/06-0 BEC/BR	Autor: Pedro Miguel Pereira Medina (Maria de Fátima Carvalho Pereira e José Carlos da Cruz Medina)	Réu	900 000,00 €	430 000,00 €	-	Foi requerida a intervenção da C.ª de Seguros por existir seguro. A advogada informa que ao valor dos 430.000,00 € acrescem juros.	Média	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Atos	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município Intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2013	BM	Obras municipais	Empreitada "Convenio municipal de indemnização (trabalhos de arqueologia) e prorrogação legal de prazo de empreitada de S. Francisco"	Ação Adm. Comum	415/13.4B ECR	Réu	336 000,00 €	336 000,00 €	*	24/02/2017 - (ROC) - O mandatário do Município está firmemente convicido da razão do Município, sendo que, por este motivo, quando foi questionado sobre a possibilidade de acordo, respondeu que não se deveria fazer acordo algum.	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2013	BM	Contratação pública	Pedido de indemnização (cumprimento de relação contratual - parque de estacionamento Praça da República)	Ação Adm. Comum	467/13.7B ECR	Réu	1 000 000,00 €	500 000,00 €	*	11/11/2021 - O advogado informa que este encontro se encontra em fase de audiência de discussão e julgamento a decorrer.	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	BM	Responsabilidade contratual (ordenacional)	Verbas de matrícula 75-QG-18 que se encontram a transferir com excesso de cargo, conduzido por um trabalhador do Município	Processo de CO	CO n.º 20000715/2070	Réu	-	1 250,00 €	*		Baixa	Ferreta	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Ativos	Assento	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2021	BM	Urbanismo	Ação Adm.	189/21.3B ECBR	Autór: Thierry Mendes Subtil	Réu	30 000,01 €	15 000,00 €	-	06/05/2021 - A estimativa de encargos financeiros 15.000,00 € poderá acrescer valores respeitantes a danos de natureza patrimonial, que, no momento atual, ainda não se conseguem quantificar, em virtude de a entrega da licença de utilização ainda não ter sido efetuada, relegando-se a quantificação para momento posterior ao da condenação, isto é, em sede de liquidação e execução de sentença e pagamento de sanção compulsória, no montante diário de 100,00 €, até ao momento da entrega efetiva da licença de utilização do referido imóvel e ainda acresce o pagamento de custos e demais encargos.	Baixa	Remota	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

2021	Advos	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores perficionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação em Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2021	BM	Financieiro Condeneção do réu no pagamento da quantia de € 37.520,00, correspondente aos danos que os autores sofreram, até abril de 2021, em virtude das ações dos réus, não terem podido executar as obras que tinham o direito de executar e, em consequência, legalizar a sua habitação, facultando o seu uso a terceiros.	Ação Adm.	232/21.88 ECBR	Autores: Albano Manuel Manoel Carlos Manoel Aires Pinto	Réu e outros (Carlos Manuel Dias Cidade Maria da Conceição Tavares Pinheiro; Maria Alice Leite Mendes de Abreu)	37 520,00 €	37 520,00 €	-	08/06/2021 - A estimativa de encargos financeiros é de 37.520,00 € e poderá acrescer valores respeitantes a b) Os juros que, sobre a mesma quantia, se vencerem a partir da citação (artigo 805.º, n.º 3 do Código Civil), até integral pagamento e a quantia de 1.340,00 €, por cada mês que decorrer, após abril de 2021, até 2 meses depois de ser entregue o edifício ao adquirente ao abrigo da Portaria 84/1981, com exceção dos meses de agosto e setembro.	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2021	BM	Recursos humanos Pedido de pagamento de abono para faltas	Ação Adm.	542/21.48 ECBR	Autor: STAL (em representação de trabalhadores das piscinas municipais)	Réu	117 430,56 €	117 430,56 €	-		Média	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Ativos	Área	Atividade	Tipo de ação	N.º prac.	Partes	Município intervirém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores percebidos pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2022	BM	Responsabilidade cível	Anulação do ato administrativo de Vereduro de 07/07/2022, de não devolução da caução e adonamento do seguro de responsabilidade cível que a autora contratou, por considerar que a autora provocou danos na pista de atletismo e no sistema de drenagem - Concerto Andreia Bocelli	Ação Adm.	419/22.68 ECBR	Autora: AMOT Espelgadas e Entretenime nto, Lda	Réu	49 131,98 €	29 963,00 €	€		Média	< ou = 50%	Não	Sim
2022	BM	Recursos humanos	Pede a nulidade do Despacho n.º 19/PR/2022, que fez cessar antecipadamente a sua comissão de serviço e condenação ao pagamento de danos patrimoniais e não patrimoniais	Ação Adm.	304/22.18 ECBR	Autora: Rosa Maria de Almeida Oliveira Santos Réu: (contrainter estada: Ana Maria Reis Fonseca Pimentel)	Réu	30 011,53 €	30 011,53 €	€		Média	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2023

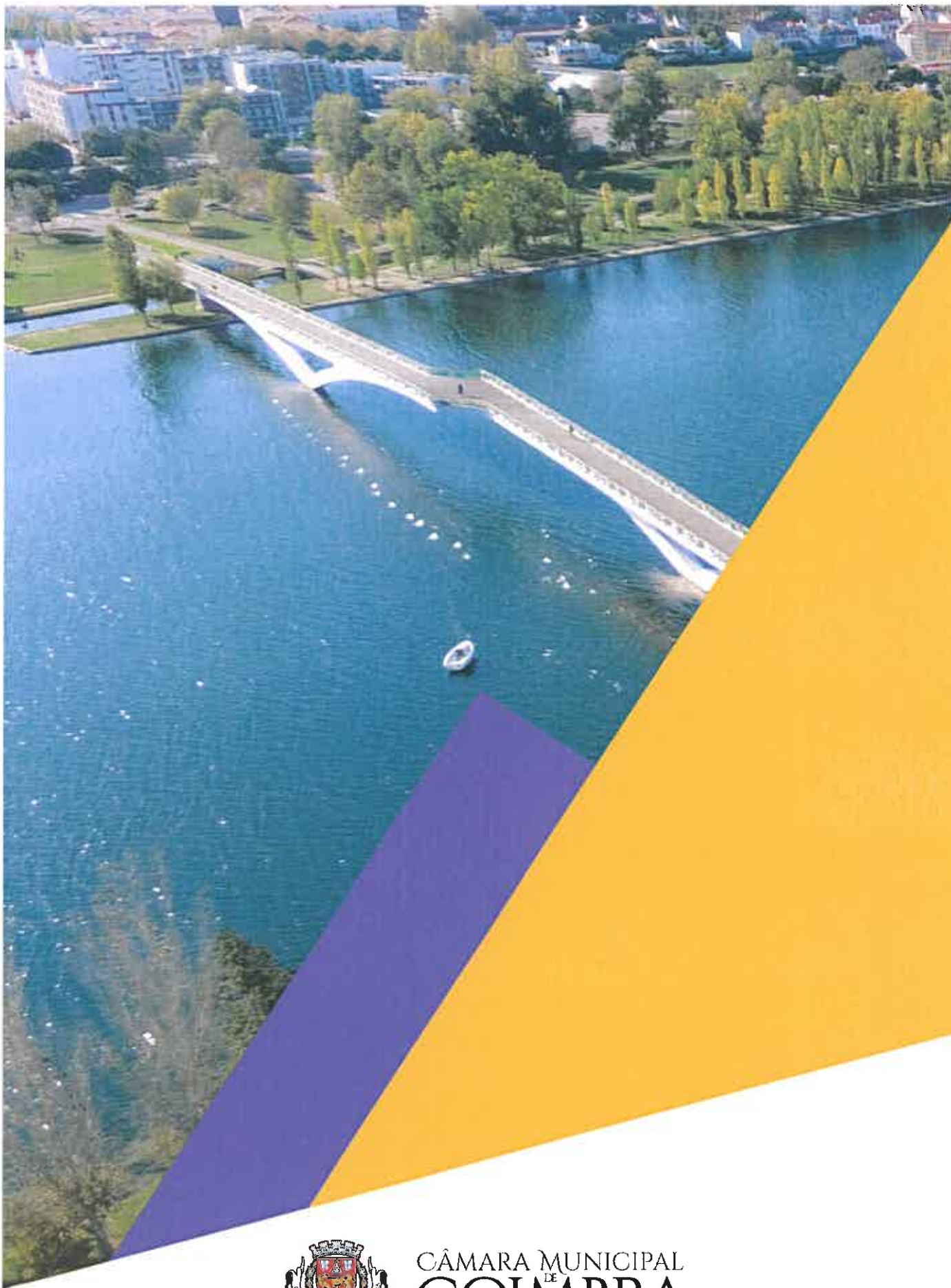
Ano	Advos	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Encargos financeiros	Valores perficionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	N.º obrigação
2023	BM	Recursos Humanos	Anulação da decisão de pena de multa aplicada ao trabalhador/Autor em processo disciplinar. Na ação é alegada a prescrição do procedimento e restituição do valor da multa (154,39€) ilegalmente descontada na vencimento do trabalhador. Aguarda decisão.	Ação Adm.	422/23.98 ECR	Autor: Pedro Miguel de Vasconcelos e Leandro	Réu	30.000,01 €	154,39 €		26/10/2023 - O advogado remete o seguinte: Na sequência do pedido que me foi formulado no sentido de verificar o mapa das responsabilidades para a preparação do orçamento para 2024, indiquei como alta a probabilidade de o Município vir a ser condenado no proc. n.º 422/23.98 ECR. Na verdade, e não obstante ter apresentado contestação, entendendo que prescreveu o direito de instaurar o procedimento disciplinar, uma vez que, sem prejuízo do prazo de seis meses de suspensão por força do processo de inquérito, o processo não foi instaurado no prazo de 60 dias contados do conhecimento dos factos. Obviamente que há que esperar pela decisão do Tribunal, mas não posso deixar de sinalizar - até em face do que escrevi no mapa de responsabilidades - esta circunstância	Alta	> a 50%	Não	

Município de Coimbra

Prestação de Contas Consolidada 2023

Ano	Matr.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Pátes	Município intervir como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores petições pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação	
2023	BM	Urbanismo	Solicita indemnização por responsabilidade contratual (contratos urbanísticos, cedência de terrenos para infraestruturas municipais)	Ação Adm.	459/23.8B ECBR	Autor: INVEROZ - Empreendimentos Imobiliários, Lda	Réu	1 467 650,17 €	1 467 650,17 €	7		Alta	> 50%	Não	Sim	
2023	BM	Financeira	Contrato de aquisição de serviços de limpeza e instalações municipais - Centro Olímpico das Piscinas Municipais - Falta de pagamento de faturas	Injunção	125536/2 023/71PRT	Autor: JLSM - Serviços Unipessoal Lda (empresa de prestação de serviços de limpeza)	Réu	-	112 995,35 €	0		Média	< ou = 50%	Não	Sim	
2011	BM - SMTUC	Processo crime	Processo inquérito administrativo - auditoria contas dos SMTUC - DIAP - Crimes de peculato, branqueamento e receptação - pedido indemnização civil	Processo crime	212/11.1J ACBR	Réu: Trabalhadores dos SMTUC (Miguel Nobre e Rita Joana Cardoso)	Autor	0	0	121 891,60 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim	
Total								48 111 491,65 €	64 571 277,81 €	15 976 856,34 €						

Legenda: AA- Albuquerque & Associados; ATM - Ana Teresa Marques; ATM (SMTUC) - Ana Teresa Marques (SMTUC); ATM (DI) - Ana Teresa Marques (Diamantino Lopes); BM - Bruno Martelo; BM (SMTUC) - Bruno Martelo (SMTUC);



CÂMARA MUNICIPAL
DE
COIMBRA